Cellera Farmacêutica S.A.

CNPJ nº 33.173.097/0002-74

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos Acionistas: A Administração da Cellera Farmacêutica S.A. ("Cellera" e/ou "Companhia"), nos termos das disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. **Mensagem da Administração:** A Cellera comemora seu 7º aniversário em 2024 alcançando uma evolução muito importante na performance de suas operações. Desde o seu início em 2017, a Companhia tem demonstrado um histórico de crescimento consistentemente acima do mercado. Em 2024 a Cia bate recorde de vendas e performance, segundo informações da Abafarma/IQVIA o mercado farmacêutico cresceu 11% em 2024, enquanto a receita líquida da companhia cresceu 28% que correspondem a R$ 139,6 milhões em relação a 2023, totalizando R$ 638,3 milhões. O crescimento da receita da Companhia tem relação com a conquista de novos contratos de promoção e distribuição e pelo crescimento em produtos existentes no portifólio atual. O destaque nos novos contratos é o início da parceria com a Servier e o efeito de anualização dos contratos iniciados em 2023 como Sanofi. Os produtos de prescrição da Cellera também apresentaram crescimento importante com destaque para o Tylex que teve o efeito de anualização pela aquisição em 2023, mas também pela expansão em outras marcas de prescrição consolidadas como: Pamelor, Benerva e Culturelle assim como os lançamentos de 2024 como 4Flex, Convivia entre outros. A performance evoluiu muito em 2024, a companhia conseguiu capturar ganhos de escala e realizou mudanças importantes transferindo parte de suas operações para o ES. Assim a companhia atingiu 33% de crescimento no Lucro Bruto e 76% no Ebitda ajustado em relação ao ano anterior, passando de R$ 44,2 milhões para R$ 78,1 milhões. Consequentemente a Margem Ebitda ajustada passou de 8,9% para 12,2% da Receita Líquida em 2024.

EBITDA e EBITDA AJUSTADO:

(R$ em milhões) (consolidado)	2023	2024
Prejuízo líquido do exercício	(60,2)	(41,8)
(+) IRPJ e CSLL	(2,0)	(4,8)
(+) Resultado Financeiro Líquido	64,1	85,5
(+) Amortizações / Depreciações	24,8	21,0
EBTIDA Consolidado	**26,7**	**59,9**
(+) Deságio de ICMS (nota 26)	12,5	(0,8)
(+) Contratações e rescisões – Reestruturação	3,2	–
(+) Despesas de registro da debênture	0,4	–
(+) Despesas com Litígio (Contrato de Parceria) (nota 26)	1,5	2,7
(+) Baixa de ICMS à recuperar – ADC 49 (nota 26)	–	14,9
(+) Doações recuperação calamidade RS	–	1,2

EBITDA e EBITDA AJUSTADO:

(R$ em milhões) (consolidado)	2023	2024
(+) Despesas líquidas com transferência do CD para ES	–	0,1
EBTIDA Consolidado Ajustado[1]	**44,2**	**78,1**

[1] A Companhia passa a fazer a reconciliação do EBITDA Consolidado com o EBITDA Consolidado Ajustado. O EBITDA Consolidado Ajustado engloba ajustes de despesas não recorrentes principalmente referente ao deságio/reversão de ICMS a recuperar registrado pela Administração. A companhia segue bastante ativa na captura de oportunidades no mercado com parcerias em negociação avançadas com importantes players do mercado farmacêutico e também na aquisição de portifólio buscando continuamente expandir suas operações e melhorar a margem da Companhia com ganhos de escala e oportunidades de melhoria em custos. A companhia espera alcançar em 2025 R$ 697 milhões na receita líquida e consequentemente uma forte expansão no seu EBITDA[1] ajustado que deve superar R$ 92 milhões. Este valor representa um crescimento de 9% e 18% respectivamente, que corresponde a uma performance em linha com o mercado farmacêutico para 2025 (com base na receita liquida), onde os indicadores apontam para um crescimento de até 9,3% (Fonte: IQVIA). A Cellera segue se consolidando como a melhor plataforma de negócios para a indústria farmacêutica, oferecendo performance e governança para seus parceiros e comprometida com a rentabilidade, sustentabilidade. Sempre atuando de forma ágil e inovadora. **A Administração.**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma*

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Notas**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	11.618	16.268	30.903	31.139
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	10	47.011	64.586	164.780	138.167
Instrumentos financeiros derivativos		2.059	–	2.059	–
Estoques	11	42.374	51.816	83.469	91.608
Impostos a recuperar	12	10.759	18.461	38.027	44.954
IRPJ e CSLL a recuperar	23.a	586	487	775	622
Adiantamentos a fornecedores		6.438	7.325	6.461	8.284
Outros ativos	13	3.122	1.054	5.402	2.141
Mútuo à receber de partes relacionadas	14.d	15.638	34.535	–	–
Total do ativo circulante		139.605	194.532	331.876	316.915
Não circulante					
Impostos a recuperar	12	14.713	28.572	35.908	82.554
IRPJ e CSLL diferidos	23	–	6.494	–	8.358
Outros ativos	13	14.962	12.350	15.150	12.534
Mútuo à receber de partes relacionadas	14.d	–	6.134	–	–
Conta corrente à receber de partes relacionadas	14.c	141.097	77.639	–	–
Total do realizável a longo prazo		170.772	131.189	51.058	103.446
Investimentos	15	452	610	–	–
Imobilizado	16	66.489	69.914	66.755	70.041
Intangível	17	91.238	100.373	103.891	113.496
		158.179	170.897	170.646	183.537
Total do ativo não circulante		328.951	302.086	221.704	286.983
Total do ativo		**468.556**	**496.618**	**553.580**	**603.898**
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar	18	47.493	48.318	124.316	148.138
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	41.060	50.788	41.060	50.788
Passivo de arrendamento	21	3.968	4.553	3.968	4.567
Impostos e contribuições a recolher		6.658	5.100	8.081	7.285
Salários, encargos e férias a pagar	20	6.300	11.864	10.047	15.023
Adiantamento de clientes		–	145	28	–
Provisões diversas		1.642	1.364	2.112	1.819
Instrumentos financeiros derivativos	28	–	192	–	192
Total do passivo circulante		107.121	122.324	189.612	227.812
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	237.659	216.891	237.659	216.891
Passivo de arrendamento	21	3.885	6.331	3.885	6.357
Impostos e contribuições a recolher		12.819	7.607	15.352	9.373
Provisão para processos judiciais	22	1.890	102	1.890	102
Outras obrigações		–	53	–	53
Total do passivo não circulante		256.253	230.984	258.786	232.776
Total do passivo		363.374	353.308	448.398	460.588
Patrimônio líquido	24				
Capital social		490.426	489.294	490.426	489.294
Reserva de capital		15.554	12.987	15.554	12.987
Prejuízos acumulados		(400.798)	(358.971)	(400.798)	(358.971)
Total do patrimônio líquido		105.182	143.310	105.182	143.310
Total do passivo e patrimônio líquido		**468.556**	**496.618**	**553.580**	**603.898**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

				Atribuível aos acionistas Controladores	
	Notas	**Capital social**	**Reserva de capital**	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Em 1º de janeiro de 2023		**446.923**	**10.715**	**(298.750)**	**158.887**
Aumento do capital social	24.a	42.371			42.371
Transações com acionista não controlador	24.b	–	2.272	–	2.272
Prejuízo líquido do exercício		–	–	(60.220)	(60.220)
Em 31 de dezembro de 2023		**489.294**	**12.987**	**(358.970)**	**143.310**
Aumento do capital social	24.a	1.132	–	–	1.132
Transações com acionista não controlador	24.b	–	2.567	–	2.567
Prejuízo líquido do exercício		–	–	(41.827)	(41.827)
Em 31 de dezembro de 2024		**490.426**	**15.554**	**(400.797)**	**105.182**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Receita	25	231.016	232.459	638.291	498.734
Custo dos produtos vendidos	26	(146.746)	(124.267)	(414.474)	(325.962)
Lucro bruto		**84.270**	**108.192**	**223.817**	**172.772**
Despesas com vendas	26	(50.194)	(70.028)	(119.333)	(107.365)
Despesas administrativas e gerais	26	(54.666)	(48.047)	(51.383)	(51.345)
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	10	(2.638)	(995)	(3.709)	(995)
Outras despesas	26	(12.777)	(5.049)	(14.977)	(13.030)
Outras receitas	26	4.349	1.744	4.432	1.857
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**(31.656)**	**(14.183)**	**38.847**	**1.894**
Receitas financeiras	27	21.922	8.948	4.603	4.118
Despesas financeiras	27	(39.110)	(62.416)	(90.124)	(68.235)
(Despesas) financeiras líquidas		**(17.188)**	**(53.468)**	**(85.521)**	**(64.117)**
Participação nos resultados das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	15	308	4.867	–	–
Resultado antes dos impostos		**(48.536)**	**(62.784)**	**(46.674)**	**(62.223)**
IRPJ e CSLL	23	6.709	2.564	4.847	2.003
Prejuízo líquido do exercício		**(41.827)**	**(60.220)**	**(41.827)**	**(60.220)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Prejuízo líquido do exercício	(41.827)	(60.220)	(41.827)	(60.220)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**(41.827)**	**(60.220)**	**(41.827)**	**(60.220)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

Fluxos de caixa das atividades operacionais	**Notas**	Controladora **2024**	Controladora **2023**	Consolidado **2024**	Consolidado **2023**
Prejuízo líquido do exercício		**(41.827)**	**(60.220)**	**(41.827)**	**(60.220)**
Ajustes ao resultado do exercício					
Resultado da controlada reconhecido por equivalência patrimonial	15	(308)	(4.867)	–	–
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	10	2.638	995	3.709	995
Provisão de perda dos estoques	11	1.851	628	3.150	647
Depreciação e amortização	26	21.029	24.758	21.040	24.773
Baixa do ativo imobilizado e intangível		1.424	443	1.410	443
Provisão de icms a recuperar líquido – ADC 49	26	13.587	–	13.587	–
Provisão para processos judiciais	22	1.788	33	1.788	33
Juros passivos sobre empréstimos, financiamentos, nota comercial e debêntures, líquidos dos juros ativos com conta corrente com parte relacionada na controladora		26.197	53.252	70.317	54.425
Juros passivos sobre arrendamentos		3.786	1.763	3.786	1.767
Juros passivos sobre fornecedores		–	3.611	–	8.401
Juros ativos sobre mútuo com partes relacionadas	14	(17.712)	(6.010)	–	–
Instrumentos financeiros derivativos		(2.251)	–	(2.251)	–
IRPJ e CSLL	23	6.496	(2.564)	8.359	(2.003)
		16.698	**11.822**	**83.068**	**29.261**
Variação nas contas do ativo e passivo					
Contas a receber		14.937	(15.359)	(31.322)	(43.550)
Estoques		7.591	(7.617)	4.989	(33.448)
Adiantamentos a fornecedores		883	(4.703)	1.822	(4.732)
IRPJ e CSLL a recuperar		(99)	(147)	(153)	(275)
Impostos a recuperar		7.974	(12.404)	39.986	(14.449)
Outros ativos		(4.680)	16.111	(5.877)	(667)
Fornecedores		(825)	9.062	(23.822)	20.967
Salários, encargos e férias a pagar		(5.564)	3.261	(4.976)	3.600
Impostos e contribuições a recolher		6.770	248	6.776	2.104
Adiantamento de clientes		(145)	(3.804)	28	(3.949)
Outros passivos		2.793	7.429	2.807	1.962
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		**46.333**	**3.899**	**73.326**	**(43.176)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de ativo imobilizado		(8.756)	(4.200)	(8.930)	(4.308)
Aquisição de ativo intangível		(773)	(58.807)	(773)	(58.336)
Venda de imobilizado / intangível		–	–	1.000	–
Conta–corrente concedidos a partes relacionadas	14.c	(33.400)	(77.639)	–	–
Conta–corrente recebidos de partes relacionadas	14.c	14.062	–	–	–
Mútuos concedidos a controladas	14.d	–	(6.113)	–	–
Mútuos recebidos de controladas	14.d	42.743	22.500	–	–
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimentos		**13.876**	**(124.259)**	**(8.703)**	**(62.644)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	19	51.278	250.858	51.278	250.858
Pagamento de arrendamentos (principal e juros)	21	(6.714)	(5.825)	(6.714)	(5.834)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures (principal)	19	(65.003)	(96.904)	(65.003)	(96.904)
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures	19	(45.552)	(52.983)	(45.552)	(52.983)
Juros pagos à fornecedores		–	(3.611)	–	(8.401)
Aumento de capital pelos sócios	24.a	1.132	42.370	1.132	42.370
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento		(64.859)	133.905	(64.859)	129.106
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		(4.650)	13.545	(236)	23.286
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	9	**16.268**	**2.723**	**31.139**	**7.853**
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios	9	**11.618**	**16.268**	**30.903**	**31.139**
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		(4.650)	13.545	(236)	23.286

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Cellera Farmacêutica S.A. ("Companhia" e/ou "Cellera") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Alameda Capovilla, n° 129, Bairro Recreio Campestre, na Cidade de Indaiatuba, Estado de São Paulo, Brasil, e com filiais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na Cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais e na cidade Serra, no Espírito Santo. As demonstrações financeiras da Cellera abrangem a Companhia e sua subsidiária (conjuntamente referidas como "Grupo"). O Grupo fabrica e comercializa produtos farmacêuticos e afins; fabricação e comercialização de produtos químicos; fabricação e comercialização de produtos de higiene, perfumes, cosméticos e toucador; fabricação e comercialização de produtos alimentícios; fabricação e comercialização de produtos para saúde e a importação dos produtos ora mencionados. **A) Entidade Controlada:** A seguir demonstramos a empresa controlada pela Cellera:

Empresa	País	Investidor	% Participação
Cellera Consumo Ltda.	Brasil	Cellera Farmacêutica S.A	100

A Companhia controla a subsidiária Cellera Consumo Ltda. ("Cellera Consumo"), adquirida em 18 de julho de 2017, localizada na Cidade de Itapevi, Estado de São Paulo e filiais no Estado de Minas Gerais e no Estado de Espírito Santo, dedicando-se às atividades de comercialização e distribuição de determinados produtos farmacêuticos, de higiene, cosméticos e outros. **2. Base de Preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** : As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de abril de 2024. **3. Continuidade operacional:** O Grupo reconheceu um prejuízo líquido de R$ 41.827 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (prejuízo líquido de R$ 60.220 em 2023), tanto no individual quanto no consolidado, e, nessa data, possuía um prejuízo acumulado individual e consolidado de R$ 400.798 (R$ 358.971 em 2023), e apresentava um fluxo de caixa operacional positivo consolidado de R$ 73.326 (R$ 43.176 negativo em 2023) e um capital circulante líquido positivo consolidado de R$ 142.264 (R$ 89.103 em 2023). A partir de 2023, o Grupo junto com a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e Minas Gerais firmaram acordo de regime especial e não haverá mais acúmulo de saldo credor de ICMS referente a esta operação de Distribuição de Medicamentos. O Grupo tem como plano de recuperabilidade utilizar deste saldo credor para pagamento à fornecedores de matéria prima, material de embalagem, energia elétrica, ativo imobilizado, ativo intangível e cessão de parte dos créditos à terceiros através de uma operação comercial de compra e venda. A Companhia realizou a venda de R$ 41.423 dos seus créditos de ICMS ao longo de 2024 e espera realizar mais R$ 32.050 em 2025, permanecendo mais R$ 41.885 para 2026. O Grupo encerrou o exercício de 2024 com crescimento nas vendas consolidadas líquidas de 28% em relação ao ano anterior. Como parte da estratégia de crescimento, em 2024, o Grupo finalizou a aquisição do direito de uso do Tylex, de propriedade da Janssen-Cilag Farmacêutica Ltda. pelo prazo de 20 anos, firmou contrato de promoção e distribuição de 1 produto focado em SNC com a Servier e contrato de clone para utilização da formulação do produto Tandene para sua marca Tandrilax, com produção na planta da Cellera com a Aché. Para operacionalizar os novos lançamentos de produtos e a compra de estoques relacionados às novas alianças, a Administração mantém a intenção de realizar novos empréstimos e financiamentos e possui linhas de crédito pré-aprovadas com os bancos. A Administração acredita que o pagamento das suas obrigações ocorrerá conforme planejado e está confiante no retorno dos investimentos realizados nos últimos anos e que os montantes a serem recebidos serão suficientes para atender as obrigações de pagamento nessa data. A Administração tem uma expectativa razoável de que o Grupo terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que não existem incertezas materiais de continuidade operacional ou que possam levantar dúvidas significativas sobre a capacidade da entidade de continuar operando. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **A) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa 17 - Teste de redução ao valor recuperável do ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; e • Nota Explicativa 23 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; e **B) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3, com reporte direto ao diretor financeiro. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Auditoria, Finanças e Compliance do Grupo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preço). • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Nota Explicativa 28 – Instrumentos financeiros. **6. Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos itens mensurados a valor justo. **7. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **A) Base de consolidação: i. Controlada**: A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que ele deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **ii. Perda de Controle**: Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo deixa de reconhecer os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **iii. Transações eliminadas na consolidação**: Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **B) Moeda estrangeira: i. Transações em moeda estrangeira**: Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **ii. Receita de contratos com clientes**: A receita do Grupo deriva principalmente das vendas de medicamentos, alimentos, cosméticos e da prestação de serviços de industrialização. As receitas decorrentes de venda de produtos são reconhecidas quando o Grupo cumpre a obrigação de desempenho firmada com o cliente e transfere o controle do bem ao cliente, que se dá substancialmente no ato da entrega do produto, confirmada com o aceite do cliente. As receitas oriundas da prestação de serviços de industrialização são reconhecidas à medida em que os serviços são prestados, com base no grau de realização da obrigação de desempenho, observando-se as condições contratuais estabelecidas com os clientes. **C) Benefícios a empregados: i. Benefícios de curto prazo a empregados**: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **D) Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem substancialmente: • receitas de juros sobre aplicações financeiras; • despesa de juros; e • ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. **E) IRPJ e CSLL:** O IRPJ e a CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para IRPJ, e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e CSLL correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 01/05/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

Cellera Farmacêutica S.A.

ou em outros resultados abrangentes. i. Despesa de IRPJ e CSLL corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ii. Despesa de IRPJ e CSLL diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IRPJ e CSLL diferidos. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios no momento da transação E (i) não afeta o lucro ou prejuízo contábil ou tributável e (ii) não dá origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais; • diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e • diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **F) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção, bem como outros custos incorridos em trazê-los à sua localização e condição existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado pelo qual os estoques podem ser realizados no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. As provisões para estoques vencidos ou obsoletos em baixa movimentação consideradas são reconhecidas quando necessário pela Administração. **G) Imobilizado: i. Reconhecimento e mensuração**: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment) Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **ii. Custos subsequentes**: Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. **iii. Depreciação**: A depreciação reflete o padrão de consumo pelo Grupo dos benefícios econômicos futuros, e é calculada para os itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, pelo método linear, baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Anos
Edificações	49
Máquinas e equipamentos	2 – 21
Móveis e utensílios	4 – 20
Instalações	5 – 20
Equipamentos de informática	5 – 12

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **H) Ativos intangíveis e ágio: i. Reconhecimento e mensuração**: **(i)** Ágio: O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **(ii) Marcas registradas e licenças**: As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente as licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização das licenças é calculada pelo método linear para alocar o seu custo durante sua vida útil estimada de 10 anos. O licenciamento da marca 'Tylex' com a Janssen Cilag possui uma vida útil definida de 20 anos. As marcas estão avaliadas com vida útil indefinida, e, portanto, não são amortizadas, no entanto o valor recuperável é testado anualmente. **(iii) Softwares**: As licenças de *softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares* de três a cinco anos. **I) Instrumentos financeiros: i. Reconhecimento e mensuração inicial**: Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **ii. Classificação e mensuração subsequente**: **Ativos financeiros**: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas**: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. • **Ativos financeiros a custo amortizado**: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. • **Ativo financeiro a VJR**: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros – Classificação, mensuração subsequente, ganhos e perdas**: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **iii. Desreconhecimento**: **Ativos financeiros**: O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando: • Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • O Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros**: O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **iv. Compensação**: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **v. Instrumentos financeiros derivativos**: O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio. **J) Redução ao valor recuperável (impairment) : i. Ativos financeiros não derivativos**: **Instrumentos financeiros**: O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ("caixa e equivalentes de caixa" e "contas a receber de clientes e outros recebíveis"). O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial; e • As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias. O Grupo considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento": • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; e • As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas**: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos do Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação**: Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do devedor; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial**: A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa**: O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. **ii. Ativos não financeiros**: Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio e intangíveis de vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **K) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam exigidos para liquidar a obrigação em montante que possa ser estimado de forma confiável. **Provisão para processos judiciais**: O Grupo é parte de alguns processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas considerando alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. **L) Arrendamentos:** No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. i. Como arrendatário: No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de ativos de baixo valor**: O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **M) Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado em um mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado em uma técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado em uma base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **8. Novas normas contábeis e interpretações: A) Normas e interpretações efetivas:** O Grupo adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2024, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024: • Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03 e CPC 40; • Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 e CPC 23; • Passivo não circulante com covenants – alterações ao CPC 26; e • Passivos de arrendamento em uma venda e leaseback – alterações ao CPC 06; **B) Normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. **IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis**: O IFRS 18 substituirá o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão. **Outras Normas Contábeis**: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02); e • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

9. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Banco e caixa (i)	1.424	1.135	6.549	1.802
Aplicações financeiras (ii) (iii)	10.194	15.133	24.354	29.337
Total	**11.618**	**16.268**	**30.903**	**31.139**

(i) Os saldos em Banco e Caixa são para obrigações de curto prazo e não existe expectativa para utilização em investimentos ou outros propósitos. (ii) Referem-se a fundos de renda fixa e fundos referenciados DI(s), remunerados a taxas que estão entre 100% da variação do CDI, com liquidez diária. Esses investimentos não estão sujeitos a nenhum risco de perda do valor principal aplicado. (iii) CDBs, remunerados à taxa de 102% (102% em 2023) da variação do CDI, com liquidez diária. Esse investimento não está sujeito a nenhum risco de perda do valor principal aplicado.

10. Contas a receber de clientes e outros recebíveis:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contas a receber de clientes	40.575	68.156	172.059	141.737
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 14)	12.644	–	–	–
(–) Perda estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(6.208)	(3.570)	(7.279)	(3.570)
Total	**47.011**	**64.586**	**164.780**	**138.167**

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento. A lista de contas a receber de clientes por idade de vencimento é apresentada a seguir:

	Controladora			
	Terceiros		Partes relacionadas (i)	
	2024	2023	2024	2023
A vencer	35.700	61.913	12.644	–
Vencidas:				
De 1 a 30 dias	3.190	2.541	–	–
De 31 a 60 dias	4	118	–	–
De 61 a 90 dias	6	271	–	–
Acima de 90 dias	1.675	3.313	–	–
Total de vencidas	**4.875**	6.243	–	–
Total	**40.575**	**68.156**	**12.644**	**–**

(i) Os títulos em aberto com partes relacionadas são julgados como sem risco e não impactam o cálculo de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa.

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo a vencer	156.299	134.719
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	6.415	3.315
De 31 a 60 dias	298	118
De 61 a 90 dias	684	272
Acima de 90 dias	8.363	3.313
Total de vencidas	**15.760**	**7.018**
Total	**172.059**	**141.737**

Os títulos em aberto com partes relacionadas são julgados como sem risco e não impactam o cálculo de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa. Movimentação da provisão para perda do valor recuperável do contas a receber de clientes:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Em 1 de janeiro	(3.570)	(2.575)	(3.570)	(2.575)
Reversão de provisões	3.570	550	3.570	550
Constituição de provisões	(6.208)	(1.545)	(7.279)	(1.545)
Em 31 de dezembro	**(6.208)**	**(3.570)**	**(7.279)**	**(3.570)**

11. Estoques:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Produtos acabados	11.675	18.762	46.346	53.630
Matérias–primas e componentes	23.552	23.480	29.968	28.396
Produtos em elaboração	4.808	4.963	4.816	4.971
Importações em andamento	2.339	4.611	2.339	4.611
Total	**42.374**	**51.816**	**83.469**	**91.608**

Os estoques acima estão reduzidos pela provisão para perdas nos estoques no total de R$ 5.601 (R$ 3.750 em 2023) na Controladora, e de R$ 8.713 (R$ 5.563 em 2023) no Consolidado. A provisão é constituída com base em seu valor realizável líquido e de acordo com a data de vencimento dos produtos, tanto da matéria-prima como dos produtos acabados. Demonstramos a seguir a composição da provisão para perdas, por rubrica dos estoques:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Produtos acabados	(3.516)	(2.467)	(6.628)	(4.280)
Matérias–primas e componentes	(2.085)	(1.283)	(2.085)	(1.283)
Total	**(5.601)**	**(3.750)**	**(8.713)**	**(5.563)**

A movimentação na provisão para perdas nos estoques demonstrada líquida nos saldos acima está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Em 1º de janeiro	(3.750)	(3.122)	(5.563)	(6.210)
Reversão de provisões	3.750	1.766	5.563	4.396
Constituição de provisões	(5.601)	(2.394)	(8.713)	(3.749)
Total	**(5.601)**	**(3.750)**	**(8.713)**	**(5.563)**

12. Impostos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (i)	22.366	46.201	70.324	126.463
PIS – Programa de Integração Social	462	23	508	46
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	695	105	910	214
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	24	23	33	32
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	582	474	582	474
Outros	1.343	207	1.578	279
Total	**25.472**	**47.033**	**73.935**	**127.508**
Ativo circulante	10.759	18.461	38.027	44.954
Ativo não circulante	14.713	28.572	35.908	82.554

(i) Em 03/02/2025, o STF julgou o RE nº 1.490.708/SP, com repercussão geral reconhecida sob o Tema 1367, para reafirmar que a inconstitucionalidade da cobrança de ICMS sobre a transferência de mercadorias entre estabelecimentos pertencentes ao mesmo contribuinte, situados em unidades federativas distintas, tem efeitos a partir do exercício financeiro de 2024, ressalvados os processos administrativos e judiciais pendentes de conclusão até a data de publicação da ata de julgamento da decisão de mérito da ADC 49 (29.04.2021). Em abril de 2021, o STF já havia julgado a ADC 49, reconhecendo que não incide ICMS nas transferências interestaduais de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo contribuinte, modulando os efeitos da decisão nos termos destacados acima. Todavia, o Tribunal de Justiça de São Paulo proferiu acórdão aplicando o entendimento do STF para operações realizadas antes de 2024, independentemente da existência de processos em curso até 29 de abril de 2021,o que provocou novo pronunciamento do STF para reafirmar a modulação temporal de efeitos estabelecida na ADC49. A Companhia, analisou os efeitos dessa modulação pelo STF e reconheceu uma perda de R$ 14.931 como baixa

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 01/05/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ←

Cellera Farmacêutica S.A.

do saldo de ICMS a recuperar, em 31 de dezembro de 2024, em contra partida à outras despesas operacionais no resultado do exercício, veja nota explicativa 26. **13. Outros ativos:**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Outros ativos – partes relacionadas (nota 14)	14.279	11.711	14.279	11.711
Adiantamento a colaboradores	594	508	1.077	787
Despesas à apropriar	1.835	615	2.601	1.555
Outros	1.376	570	2.595	622
Total	**18.084**	**13.404**	**20.552**	**14.675**
Ativo circulante	3.122	1.054	5.402	2.141
Ativo não circulante	14.962	12.350	15.150	12.534
Total	**18.084**	**13.404**	**20.552**	**14.675**

14. Partes relacionadas: As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas, e em condições acordadas entre elas:

a) Composição dos saldos de ativos e passivos com partes relacionadas:

	Controladora	
	2024	2023
Ativo		
Clientes de contas a receber e outros recebíveis (nota 10)		
Cellera Consumo Ltda.	12.644	–
Conta corrente – Partes relacionadas		
Cellera Consumo Ltda. (ii)	141.097	77.639
Mútuo a receber – Partes relacionadas		
Cellera Consumo Ltda. (iii)	15.639	40.669
Outros ativos (nota 13)		
Omilton Visconde Júnior (i)	14.279	11.711
Total Ativo	183.659	130.019
Passivo		
Fornecedores e outras contas à pagar (nota 18)		
Cellera Consumo Ltda.	–	1.053
Total Passivo	–	1.053

(i) Os saldos referem-se à recebíveis do acionista Omilton Visconde Júnior, remunerados à IPCA + 5% a.a., reconhecidos em contra-partida à conta de reserva de capital no patrimônio líquido como transação com acionista não controlador, conforme previsto em Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 2017. (ii) A Companhia mantém transações conta corrente com a controlada Cellera Consumo Ltda., cujos recebimentos são esperados para um período superior à 12 meses. Ao final do exercício de 2024 o Grupo determinou que o conta corrente seria corrigidos à taxa de 29,48%, condizentes à média de captação dos passivos com terceiros, com efeito retrospectivo desde a formação do ativo, de tal forma que o ônus financeiro das captações fosse compartilhado de maneira equânime entre as entidades do Grupo. A modificação nos termos dos recebíveis resultou em um impacto de R$ 44.120 no resultado do exercício, reconhecido em contra partida a linha de juros passivos em despesas financeiras. (iii) A Companhia mantém transações de mútuo com a controlada Cellera Consumo Ltda., cujos recebimentos são esperados para um período inferior à 12 meses. Os saldos ativos na controladora são corrigidos por 29,48% ao ano em 31 de dezembro de 2024 (o mútuo era corrigido pela SELIC). Ao final do exercício de 2024 o Grupo determinou que o mútuo seria corrigido à taxa de 29,48%, condizentes à média de captação dos passivos com terceiros, com efeito retrospectivo desde a formação dos ativos, de tal forma que o ônus financeiro das captações fosse compartilhado de maneira equânime entre as entidades do Grupo. A modificação nos termos dos recebíveis resultou em um impacto de R$ 15.638 no resultado do exercício, reconhecido em contra partida a linha de juros com partes relacionadas em receitas financeiras. **b) Transações com partes relacionadas que afetaram o resultado**:

Receita (nota 25)	Controladora	
	2024	2023
Cellera Consumo Ltda.	128.641	5.131
Total	**128.641**	**5.131**

Custos e despesas	Controladora	
	2024	2023
Cellera Consumo Ltda.		
Custos dos produtos vendidos	(86.161)	(3.437)
Despesas compartilhadas	(2.773)	(1.987)
Total	**(88.934)**	**(5.424)**

Receita/Despesa Financeira (nota 27)	Controladora	
	2024	2023
Cellera Consumo Ltda.		
Juros ativos com partes relacionadas	17.712	6.010
Juros com conta corrente – partes relacionadas	44.120	–
Total	**61.832**	**6.010**

c) Movimentação conta corrente a receber com partes relacionadas:

	Controladora	
	2024	2023
Em 1° de janeiro	77.639	–
Juros incorridos (i)	44.120	–
Pagamento de mútuo	(14.062)	–
Mútuo concedido	33.400	77.639
Total	**141.097**	**77.639**
Ativo circulante	–	–
Ativo não circulante	141.097	77.639

(i) os juros ativos de conta corrente com parte relacionada foram deduzidos dos juros passivos com terceiros para o propósito do ajuste ao resultado na demonstração do fluxo de caixa da controladora, conforme descrito na nota explicativa 27. **d) Movimentação mútuo a receber e contas a receber com partes relacionadas:**

	Controladora	
	2024	2023
Em 1° de janeiro	40.669	51.046
Juros sobre mútuos (Nota 27)	17.712	6.010
Pagamento de mútuo	(42.743)	(22.500)
Mútuo concedido	–	6.113
Total	**15.638**	**40.669**
Ativo circulante	15.638	34.535
Ativo não circulante	–	6.134

e) Remuneração pessoal chave da administração: O pessoal chave da Administração inclui os diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal chave da Administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Salários e outros benefícios de curto prazo a empregados	6.018	6.364	6.018	6.364
Bônus	–	2.905	–	2.905
Total	**6.018**	**9.269**	**6.018**	**9.269**

A remuneração dos Administradores, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades do Grupo, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo. Os benefícios de curto prazo para os administradores são os mesmos dos demais empregados. Os valores desses benefícios estão agregados à remuneração dos administradores. **e) Controlador final:** O controlador final é o VSAP24 – Fundo de Investimento em Participações - Empresas Emergentes, representados por seu gestor Principia Capital Partners Investimentos Ltda., conforme Nota Explicativa n° 24, com uma participação de 79,70% do capital social da Companhia.

15. Investimentos: **a) Composição do investimento em controlada:**

Cellera Consumo Ltda.	2024	2023
Investimento em controlada	452	610

b) Movimentação dos investimentos em controlada:

			Controladora	
		Contrato de Patrimonio Líquido		
	Ágio (i)	distribuição(ii)	Controlada	Total
Em 1° de Janeiro de 2023	9.109	4.472	(17.371)	**(3.790)**
Resultado de equivalência patrimonial	–	–	4.867	**4.867**
Amortização	–	(467)	–	**(467)**
Em 31 de dezembro de 2023	**9.109**	**4.005**	**(12.504)**	**610**
Em 1° de Janeiro de 2024	9.109	4.005	(12.504)	**610**
Resultado de equivalência patrimonial	–	–	308	**308**
Amortização	–	(466)	–	**(466)**
Em 31 de dezembro de 2024	**–**	**3.539**	**(12.196)**	**452**

(i) Ágio por expectativa de rentabilidade futura gerado na aquisição da controlada Cellera Consumo em julho de 2017. (ii) Contrato de distribuição originado na combinação de negócios pela aquisição da Cellera Consumo em 2017, relacionado ao contrato de exclusividade de distribuição de probióticos da marca Culturelle®. Contrato possui 5 anos de validade a partir do registro do produto, tendo início em 2019 até 2024, e com renovação automática a cada 5 anos. A vida útil determinada para a mensuração desse ativo foi de 15 anos.

c) Informações financeiras resumidas da controlada:

Cellera Consumo Ltda.	2024	2023
% Participação no capital	100%	100%
Ativo circulante	233.528	130.790
Ativo não circulante	21.653	82.440
Passivo circulante	201.395	217.808
Passivo não circulante	65.983	7.926
Patrimônio líquido	(12.196)	(12.504)
Total das receitas brutas do exercício	525.987	299.142
Lucro do exercício	308	4.867

16. Imobilizado:

							Controladora
	01/01/2023	Aquisições	Baixa	Transferência	Adição Depreciação	Baixa depreciação	Saldo contábil 31/12/2023
Terrenos	**2.550**	–	–	–	–	–	**2.550**
Edificações	**30.897**	–	–	–	(837)	–	**30.060**
Instalações	**4.404**	–	(42)	1.332	(1.466)	–	**4.228**
Máquinas e equipamentos	**12.924**	160	(283)	6.535	(2.687)	205	**16.854**
Obras em andamento	**7.555**	2.954	–	(8.347)	–	–	**2.162**
Móveis, utensílios e outros	**3.956**	575	(304)	480	(933)	284	**4.058**
Direito de uso	**9.276**	5.150	(1.574)	–	(4.078)	1.228	**10.002**
Total	**71.562**	**8.839**	**(2.203)**	**–**	**(10.001)**	**1.717**	**69.914**

							Controladora
	01/01/2024	Aquisições	Baixa	Transferência	Adição Depreciação	Baixa depreciação	Saldo contábil 31/12/2024
Terrenos	**2.550**	–	–	–	–	–	**2.550**
Edificações	**30.060**	–	–	–	(837)	–	**29.223**
Instalações	**4.228**	27	(790)	787	(1.332)	78	**2.998**
Máquinas e equipamentos	**16.854**	3.465	(1.520)	1.159	(2.832)	451	**17.577**
Obras em andamento	**2.162**	4.498	–	(2.148)	–	–	**4.512**
Móveis, utensílios e outros	**4.058**	766	(2.592)	28	(854)	1.228	**2.634**
Direito de uso	**10.002**	3.040	(3.375)	–	(4.626)	1.954	**6.995**
Total	**69.914**	**11.796**	**(8.277)**	**(174)**	**(10.481)**	**3.711**	**66.489**

							Consolidado
	01/01/2023	Aquisições	Baixa	Transferência	Adição Depreciação	Baixa depreciação	Saldo contábil 31/12/2023
Terrenos	**2.550**	–	–	–	–	–	**2.550**
Edificações	**30.897**	–	–	–	(837)	–	**30.060**
Instalações	**4.404**	–	–	1.332	(1.508)	–	**4.228**
Máquinas e equipamentos	**12.923**	160	(283)	6.535	(2.687)	205	**16.853**
Obras em andamento	**7.555**	3.028	–	(8.347)	–	–	**2.236**
Móveis, utensílios e outros	**3.975**	576	(304)	480	(938)	284	**4.073**
Direito de uso	**9.277**	5.194	(1.574)	–	(4.084)	1.228	**10.041**
Total	**71.581**	**8.958**	**(2.161)**	**–**	**(10.054)**	**1.717**	**70.041**

							Consolidado
	01/01/2024	Aquisições	Baixa	Transferência	Adição Depreciação	Baixa depreciação	Saldo contábil 31/12/2024
Terrenos	**2.550**	–	–	–	–	–	**2.550**
Edificações	**30.060**	–	–	–	(837)	–	**29.223**
Instalações	**4.228**	27	(790)	787	(1.332)	78	**2.998**
Máquinas e equipamentos	**16.853**	3.465	(1.520)	1.159	(2.832)	451	**17.576**
Obras em andamento	**2.236**	4.672	–	(2.148)	–	–	**4.760**
Móveis, utensílios e outros	**4.073**	766	(2.592)	28	(862)	1.228	**2.641**
Direito de uso	**10.041**	3.040	(2.144)	–	(4.626)	696	**7.007**
Total	**70.041**	**11.970**	**(7.046)**	**(174)**	**(10.489)**	**2.453**	**66.755**

A Administração não identificou no ano de 2024 nenhum fator relevante que pudesse alterar a vida útil de seus ativos. Durante o exercício de 2024, a Administração não identificou indicadores para teste de redução do valor recuperável de seus ativos. O Grupo tem bens em garantia no montante de R$ 41.219 atrelados a contratos de fornecimento com vigência até 29 de setembro de 2027. **17. Intangíveis:**

					Controladora
	01/01/2023	Aquisições	Transferência	Amortização	Saldo contábil 31/12/2023
Ágio (i)	**14.371**	–	–	–	**14.371**
Marcas, patentes e licenças (ii)	**40.527**	50.800		(13.071)	**78.256**
Software	**2.049**	1.393	537	(725)	**3.254**
Outros	**2.339**	1.180	–	(569)	**2.950**
Intangível em andamento	**1.190**	889	(537)	–	**1.542**
Total	**60.476**	**54.262**	**–**	**(14.365)**	**100.373**

					Controladora
	01/01/2024	Aquisições	Transferência	Amortização	Saldo contábil 31/12/2024
Ágio (i)	**14.371**	–	–	–	**14.371**
Marcas, patentes e licenças (ii)	**78.256**	–	–	(8.945)	**69.311**
Software	**3.254**	111	649	(729)	**3.285**
Outros	**2.950**	354	450	(408)	**3.346**
Intangível em andamento	**1.542**	308	(925)	–	**925**
Total	**100.373**	**773**	**174**	**(10.082)**	**91.238**

					Consolidado
	01/01/2023	Aquisições	Transferência	Amortização	Saldo contábil 31/12/2023
Ágio (i)	**23.481**	–	–	–	**23.481**
Marcas, patentes e licenças (ii)	**44.999**	50.800		(13.558)	**82.241**
Software	**2.058**	1.393	537	(728)	**3.260**
Outros	**2.342**	1.182	–	(552)	**2.972**
Intangível em andamento	**1.190**	889	(537)	–	**1.542**
Total	**74.070**	**54.264**	**–**	**(14.838)**	**113.496**

					Consolidado
	01/01/2024	Aquisições	Transferência	Amortização	Saldo contábil 31/12/2024
Ágio (i)	**23.481**	–	–	–	**23.481**
Marcas, patentes e licenças (ii)	**82.241**	–	–	(8.945)	**73.296**
Software	**3.260**	111	649	(730)	**3.290**
Outros	**2.972**	354	450	(877)	**2.899**
Intangível em andamento	**1.542**	308	(925)	–	**925**
Total	**113.496**	**773**	**174**	**(10.552)**	**103.891**

(i) Ágio advindo da aquisição do negócio de medicamentos Benerva em janeiro de 2019. No saldo do ágio consolidado incorporasse o saldo de R$ 9.109 advindo da aquisição da controlada Cellera Consumo em 18 de julho de 2017. (ii) Em 2023, a Companhia adquiriu e licenciou da marca 'Tylex' com a Janssen Cilag pelo prazo definido de 20 anos, no montante de R$ 50.800, envolvendo a exclusividade de vender e produzir o produto com a força de trabalho da Companhia. O produto foi devidamente registrado na ANVISA, e a marca é de propriedade da Janssen. Por não haver inputs e outputs na aquisição, a Administração avaliou que não se trata de uma combinação de negócios, e somente aquisição de licenciamento para o uso da marca. **Teste de redução ao valor recuperável - Impairment do ágio:** Para fins do teste de redução ao valor recuperável, utilizou-se o método de fluxo de caixa descontado sobre as projeções financeiras do Grupo relacionadas às UGCs (Pamelor, Culturelle e Benerva) e não foram identificadas necessidades de provisão ao valor recuperável desses ativos. As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do IRPJ e da CSLL, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de cinco anos. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor farmacêutico no qual a UGC atua.

Em percentual	2024	2023
Taxa de desconto	13,12%	12,88%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3%	3%
Taxa de crescimento estimado para o LAJIDA (média para os próximos cinco anos)	11,29%	19,80%

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2024 são: **Receita, custo e despesa operacional:** O LAJIDA projetado está baseado em expectativas de resultados futuros, levando em consideração a experiência passada, ajustado para o crescimento previsto da receita. O crescimento da receita foi projetado levando-se em consideração os níveis de crescimento médio experimentados ao longo dos últimos cinco anos, o volume de vendas estimado e o aumento dos preços para os próximos cinco anos. **Taxa de crescimento:** A taxa de crescimento utilizada nas projeções foi de 3,00%, de acordo com as projeções de mercado. **18. Fornecedores e outras contas a pagar:**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores mercado interno	37.067	37.462	113.315	137.836
Fornecedores mercado externo	10.426	9.803	11.001	10.302
Fornecedores – Partes relacionadas (nota 14)	–	1.053	–	–
Total	**47.493**	**48.318**	**124.316**	**148.138**

19. Empréstimos, financiamentos, debêntures e nota comercial:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Passivo circulante	41.060	50.788
Passivo não circulante	237.659	216.891
Total	**278.719**	**267.679**

Demonstramos a seguir o vencimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures por ano de vencimento do total apresentado no passivo não circulante:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
2025	–	31.191
2026	233.540	185.700
2027	4.119	–
Total	**237.659**	**216.891**

Movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures e Nota comercial:

							Controladora e Consolidado
	Taxa de juros	2022	Adições	Juros incorridos	Pagamento principal	Pagamento de juros	2023
Empréstimos	CDI + 2,50% a 8,73% a.a.	**100.905**	10.000	10.971	(82.685)	(10.971)	**28.222**
Debêntures (ii)	CDI + 9,00%a.a.	**–**	227.630	41.486	2.272	(41.486)	**229.902**
Risco sacado	1,87% a.m.	**1.979**	–	20	(1.979)	(20)	**–**
FINIMP (i)	3,25% a 7,65% a.a.	**10.570**	13.228	775	(14.512)	(506)	**9.555**
Total		**113.454**	**250.858**	**53.252**	**(96.904)**	**(52.983)**	**267.679**

							Controladora e Consolidado
	Taxa de juros	2023	Adições	Juros incorridos (iii)	Pagamento principal	Pagamento de juros	2024
Empréstimos	CDI + 3,94% a 8,51% a.a.	**28.222**	8.500	4.314	(14.078)	(4.314)	**22.644**
Debêntures (ii)	CDI + 9,00% a.a.	**229.902**		63.435	(31.373)	(39.178)	**222.786**
Risco sacado	1,87% a.m.	**–**	6.077	19	(6.077)	(19)	**–**
FINIMP (i)	7,02% a 8,70% a.a.	**9.555**	21.201	1.336	(12.287)	(1.059)	**18.746**
Nota Comercial (NC)	CDI + 4,55 a.a.	**–**	15.500	1.213	(1.188)	(982)	**14.543**
Total		**267.679**	**51.278**	**70.317**	**(65.003)**	**(45.552)**	**278.719**

(i) Dívida em moeda estrangeira. (valor em dólar (USD 3.027.212) e Euro (EUR 10.400). (ii) No dia 8 de fevereiro de 2023, a Companhia realizou a primeira emissão de debêntures privadas, conversíveis em ações, da espécie quirografária, no valor total de R$ 10.387, totalmente subscritas pelo acionista VSAP 24 FIP – Empresas Emergentes, com vencimento em 25 de março de 2023 ("1ª Emissão de Debêntures"). Posteriormente, em 25 de março de 2023, a Companhia realizou a segunda emissão privada de debêntures conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para colocação privada, da Companhia, no valor de R$ 200.000, com o recebimento em conta bancária da Companhia em 11 de abril de 2023, subscrita e integralizada por LCM 1-D Fundo de Investimento em Participações, tendo a Cellera Consumo como fiadora, com prazo de 3 anos da Data de Integralização. O Grupo optou por apresentar os juros pagos como parte de suas atividades de financiamento, ao invés de atividades operacionais. (iii) Em 2024, os juros passivos derivados de captações com terceiros foram compensados com os juros ativos com o conta corrente com parte relacionadas para o propósito da reconciliação do lucro na demonstração dos fluxos de caixa da controladora, no montante de R$ 40.120. **Cláusulas restritivas (covenants):** As principais cláusulas de *covenants* não financeiras incluídas nos contratos são: se houver inadimplemento da dívida, decretação de falência, estado de liquidação, alterações no objeto social, mudança no controle de acionistas da Companhia e falsidade de declaração de documentos. **Quebra de cláusulas contratuais restritivas (covenants):** O Grupo detém uma debêntures no montante de R$ 222.786 em 31 de dezembro de 2024, que, de acordo com os termos do contrato, os juros estão sendo pagos e incorridos a partir de 25 de abril de 2024 e o principal com vencimento integral em abril de 2026. Contudo, o contrato contém uma cláusula contratual restritiva (*covenant*) que estabelece a manutenção da razão mínima de Dívida Líquida sobre EBITDA ajustado nos termos do contrato no encerramento de cada exercício de 5,0x em 2023, 2,5x para 2024 e 2,0x para 2025, calculados de acordo com as práticas contábeis aceitas no Brasil com base nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, caso contrário, o empréstimo se torna imediatamente vencido. Nos termos do Instrumento Particular de Debêntures firmado, a definição de dívida líquida e EBITDA está assim estabelecido para fins de cálculo do covenants financeiro acima: • **Dívida líquida:** deve ser considerado no cálculo: (i) mútuos, empréstimos, leasings ou outras operações financeiras contraídas com terceiros (incluindo obrigações assumidas com o fisco de acordo com parcelamentos de passivos/dívidas fiscais); (ii) adiantamento, desconto ou cessão de recebíveis com direito a regresso; (iii) obrigações evidenciadas por títulos de créditos ou instrumentos similares de pagamento, na qualidade de principal pagadora; (iv) obrigações de pagamento diferido em razão de compra de bens e ativos ou participações societárias similares; (v) contas a pagar (incluindo dívidas com fornecedores) vencidas e não pagas de qualquer natureza, desde que não incluídas nos itens anteriores; e (vi) dívidas de natureza fiscal; *menos* o Caixa e Equivalentes, sendo certo que ajustes contábeis de arrendamento (CPC 06) não serão considerados para os fins desta definição de Dívida Líquida); • **EBITDA:** deve ser considerado a somatória: do lucro/prejuízo antes (i) dos impostos de renda, contribuições e participações minoritárias, (ii) das despesas de depreciação, amortização e exaustão, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (iv) das despesas não operacionais e/ou não recorrentes e receitas não operacionais e/ou não recorrentes ocorridas no mesmo período, (v) das provisões contábeis que não tenham efeito caixa). O Grupo ultrapassou o limite estabelecido no encerramento do exercício findo em 2024. Entretanto, a Administração obteve, um waiver do debenturista para essa cláusula. O debenturista concordou em não tomar medidas caso a razão mínima de dívida líquida sobre EBITDA ajustado prevista na cláusula 9.1 (xxiv) da Escritura de Emissão não atingida exclusivamente no exercício de 2024, incluindo, sem limitação, não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes do referido contrato. **20. Salários, encargos e férias a pagar:**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Provisão para férias e 13º salário	3.183	3.458	5.326	5.049
IRRF, INSS e FGTS	2.509	1.941	3.855	2.922
Participação nos lucros e resultados	608	6.465	865	7.052
Total	**6.300**	**11.864**	**10.047**	**15.023**

21. Passivo de arrendamento:

			Controladora
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Em 1° de janeiro de 2023	3.385	6.412	9.797
Adições	5.149	–	5.149
Juros	1.763	–	1.763
Pagamentos (principal + juros)	(5.825)	–	(5.825)
Transferências	81	(81)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**4.553**	**6.331**	**10.884**
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Em 1° de janeiro de 2024	4.553	6.331	10.884
Adições	3.040	–	3.040
Juros	3.786	–	3.786
Baixa	(3.143)	–	(3.143)
Pagamentos (principal + juros)	(6.714)	–	(6.714)
Transferências	2.447	(2.447)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**3.969**	**3.884**	**7.853**

			Consolidado
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Em 1° de janeiro de 2023	3.385	6.412	9.797
Adições	5.194	–	5.194
Juros	1.767	–	1.767
Pagamentos (principal + juros)	(5.834)	–	(5.834)
Transferências	55	(55)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**4.567**	**6.357**	**10.924**
Em 1° de janeiro de 2024	4.567	6.357	10.924
Adições	3.040	–	3.040
Juros	3.786	–	3.786
Baixa	(3.183)		(3.183)
Pagamentos (principal + juros)	(6.714)	–	(6.714)
Transferências	2.473	(2.473)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**3.969**	**3.924**	**7.853**

Os saldos a pagar dos contratos de arrendamentos financeiros estão registrados pelo valor presente dos pagamentos mínimos. **22. Provisão para processos judiciais:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos

continuação ←

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 01/05/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

Cellera Farmacêutica S.A.

governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas e tributários. a) Processos com prognóstico de perda provável:

	Controladora e Consolidado					
	2024			2023		
	Provisão	Depósitos Judiciais	Total	Provisão	Depósitos Judiciais	Total
Cíveis	603	–	603	–	–	–
Trabalhistas	1.331	(44)	1.287	102	–	102
Total	**1.934**	**(44)**	**1.890**	**102**	**–**	**102**

Movimentação da provisão para contingências de perda provável:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Sado no início do exercício	102	135
Depósitos judiciais	(44)	–
Reversões de provisões	(3.172)	(79)
Constituição de provisões	5.004	46
Saldo no final do exercício	**1.890**	**102**

b) Processos com prognóstico de perda possível:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Civil (i)	18.743	1.600
Trabalhistas	4.193	1.781
Tributário	–	277
Total	**22.936**	**3.658**

(i) Ação de comprimento de Sindicato relacionado a questionamento de anuênios e ação de cobrança de um prestador de serviço no que tange aos honorários. **23. IRPJ e CSLL:** a) Valores reconhecidos no balanço:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IRPJ e CSLL a recuperar	586	487	775	622
Total	**586**	**487**	**775**	**622**

b) Movimentação e composição dos saldos de impostos diferidos:

			Controladora 2024	
	Saldo líquido em 1° de janeiro 2024	Reconhecimento no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido
Provisão de devoluções	214	(214)	–	–
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	1.214	(1.214)	–	–
Provisão para obsolescência	1.274	(1.274)	–	–
Outras provisões	5.155	(5.155)	–	–
Passivo fiscal diferido	(1.363)	1.363	–	–
Total	**6.494**	**(6.494)**	**–**	**–**

			Controladora 2023	
	Saldo líquido em 1° de janeiro 2023	Reconhecimento no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido
Provisão de devoluções	214	–	214	214
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	876	338	1.214	1.214
Provisão para obsolescência	1.061	213	1.274	1.274
Outras provisões	3.303	1.852	5.155	5.155
Passivo fiscal diferido	(1.521)	158	(1.363)	(1.363)
Total	**3.933**	**2.561**	**6.494**	**6.494**

			Consolidado 2024	
	Saldo líquido em 1° de janeiro 2024	Reconhecimento no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido
Provisão de devoluções	501	(501)	–	–
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	1.214	(1.214)	–	–
Provisão para obsolescência	1.892	(1.892)	–	–
Outras provisões	6.114	(6.114)	–	–
Passivo fiscal diferido	(1.363)	1.363	–	–
Total	**8.358**	**(8.358)**	**–**	**–**

			Consolidado 2023	
	Saldo líquido em 1° de janeiro 2023	Reconhecimento no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido
Provisão de devoluções	501	–	501	501
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	876	338	1.214	1.214
Provisão para obsolescência	2.112	(220)	1.892	1.892
Outras provisões	3.825	2.287	6.114	6.114
Passivo fiscal diferido	(1.521)	158	(1.363)	(1.363)
Total	**5.793**	**2.563**	**8.358**	**8.358**

c. Ativo fiscal diferido não reconhecido: Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens na controladora, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que o Grupo possa utilizar seus benefícios.

				Controladora
	2024		2023	
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Diferenças temporárias dedutíveis	19.778	6.724	–	–
Prejuízos fiscais acumulados	366.207	124.510	324.482	110.324
Total	**385.985**	**131.234**	**324.482**	**110.324**

				Consolidado
	2024		2023	
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Diferenças temporárias dedutíveis	29.892	10.163	–	–
Prejuízos fiscais acumulados	445.406	151.438	388.129	131.964
Total	**475.298**	**161.601**	**388.129**	**131.964**

c) Reconciliação da taxa efetiva:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(48.536)	(62.784)	(46.674)	(62.223)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL pela alíquota fiscal combinada	16.502	21.346	15.869	21.155
Subvenção de investimento	2.896	4.578	12.282	6.216
Adições e exclusões permanentes	(6.323)	(1.133)	(9.684)	(4.020)
Autoregularização (i)	13.205		13.205	
IRPJ diferido baixado no exercício	(6.496)	–	(8.358)	–
Prejuízos fiscais/base negativa não reconhecidos	(13.075)	(22.227)	(18.468)	(21.349)
Despesa de IRPJ e CSLL	**6.709**	**2.564**	**4.847**	**2.003**
Alíquota efetiva	(16%)	(4%)	(12%)	(3%)

(i) A autoregularização da RFB (Receita Federal Brasileira) é um programa incentivado que permite aos contribuintes regularizar débitos fiscais de forma espontânea, antes de serem notificados. O programa possibilita a utilização de 50% do valor devido com prejuízo fiscal para ajustar a base de cálculo dos tributos, enquanto os 50% restantes podem ser parcelados sem juros, promovendo a regularização fiscal de forma vantajosa. Em 2024 optamos por auto regularizar os impostos Federais (PIS/COFINS) neste programa. **24. Patrimônio líquido: a) Capital social:**

	2024	2023
Capital social	503.650	503.650
Capital a integralizar (i)	(13.224)	(14.356)
Total	**490.426**	**489.294**

(i) Em 15 de outubro de 2024, foi realizada uma integralização de capital no valor de R$ 1.132, efetuada pelo acionista Omilton Visconde Júnior, a quem se refere o saldo remanescente de R$ 13.224, correspondente à obrigação de integralização de capital na Companhia. Na data de 6 de abril de 2023, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a emissão de 81.481.424 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão total de R$ 42.370, de forma que o capital social da Companhia passa de R$ 461.279, dividido em 695.509.538 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R$ 503.649, totalmente subscrito e totalmente integralizado, dividido em 776.990.962 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, fixado de acordo com os parâmetros do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e composto da seguinte forma:

	2024		2023	
	Quantidade de ações (milhares)	Capital social	Quantidade de ações (milhares)	Capital social
VSAP24 – Fundo de Investimentos em Participações	619.254	407.358	619.254	407.358
Omilton Visconde Júnior	80.226	56.779	80.226	56.779
Marcel Visconde	77.511	39.513	77.511	39.513
Total	**776.991**	**503.650**	**776.991**	**503.650**

25. Receita: Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas nas demonstrações de resultados dos exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita bruta terceiros	135.072	259.478	696.360	560.976
Receita bruta partes relacionadas (nota 14)	128.641	5.131	–	–
Receita de industrialização	2.901	2.419	2.901	2.419
Menos:				
Impostos sobre vendas	(32.993)	(28.949)	(38.652)	(46.333)
Devoluções	(2.605)	(5.620)	(22.318)	(18.328)
Total	**231.016**	**232.459**	**638.291**	**498.734**

26. Despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Consumo de matéria–prima	(100.877)	(79.701)	(368.604)	(281.397)
Despesas com pessoal	(54.504)	(64.017)	(90.451)	(88.971)
Despesa –reestruturação (com rescisões e recrutamento)	–	(3.160)	–	(3.160)
Depreciação e amortização	(21.029)	(24.758)	(21.040)	(24.773)
Serviços prestados de pessoas jurídicas	(17.044)	(13.879)	(20.519)	(14.083)
Despesas com propaganda e publicidade	(24.654)	(23.647)	(31.419)	(26.090)
Despesas com fretes	(6.728)	(7.328)	(21.931)	(13.736)
Comissão sobre vendas	(698)	(2.597)	(3.213)	(6.097)
Despesas com viagens e estadias	(3.563)	(3.459)	(5.911)	(4.973)
Despesas com materiais de uso e consumo	(6.136)	(4.374)	(6.149)	(4.374)
Despesas com energia elétrica, água, telefone e correios	(2.473)	(3.607)	(2.806)	(3.933)
Despesas com Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	(2.638)	(995)	(3.709)	(995)
Despesa com deságio venda de ICMS	315	(4.569)	802	(12.507)
Despesa com recrutamento e seleção	(644)	(694)	(644)	(694)
Despesas com advogados	(224)	(1.212)	(456)	(1.462)
Despesas com litígios ref. parcerias	(2.689)	(1.490)	–	(1.490)
Despesas com taxas diversas	(2.876)	(714)	(3.221)	(839)
Despesas com taxas e registro das debêntures	–	(414)	–	(414)
Despesas com seguros e prêmios	(435)	(488)	(1.114)	(1.028)
Ganho líquido na venda de imobilizado e intangível	961	2	961	2
Despesa líquida com baixa de ICMS – ADC 49	(14.931)	–	(14.931)	–
Outros	(1.805)	(5.540)	(5.089)	(5.825)
Total do custo das vendas, despesas com vendas, despesas administrativas e outras despesas/receitas	**(262.672)**	**(246.641)**	**(599.444)**	**(496.839)**

Classificação das despesas por função:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custos dos produtos vendidos	(146.746)	(124.267)	(414.474)	(325.962)
Despesas com vendas	(50.194)	(70.028)	(119.333)	(107.365)
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	(2.638)	(995)	(3.709)	(995)
Despesas administrativas e gerais	(54.666)	(48.047)	(51.383)	(51.345)
Outras despesas (i)	(12.777)	(5.049)	(14.977)	(13.030)
Outras receitas	4.349	1.745	4.432	1.858
Total	**(262.671)**	**(246.641)**	**(599.444)**	**(496.839)**

(i) Os saldos são substancialmente referente a baixa do ICMS a recuperar, em 31 de dezembro de 2024 decorrente os efeitos da modulação pelo STF, veja mais detalhes na nota explicativa 12.

27. Receitas e despesas financeiras:

	Controladora		Consolidado	
Receita financeira	2024	2023	2024	2023
Rendimento de aplicação financeira	241	2.757	590	3.364
Juros sobre mútuo com partes relacionadas (Nota 14.c)	17.712	6.010	–	–
Juros ativos	3.904	158	3.924	245
Outros	65	23	89	509
Total da receita financeira	**21.922**	**8.948**	**4.603**	**4.118**
Despesa financeira				
Variação cambial	(5.254)	(862)	(5.240)	(909)
Juros passivos (i)	(32.473)	(59.800)	(78.292)	(64.593)
Despesas com IOF	(186)	(114)	(203)	235
Descontos concedidos	(461)	(302)	(5.286)	(894)
Outros	(736)	(1.338)	(1.103)	(2.074)
Total da despesa financeira	**(39.110)**	**(62.416)**	**(90.124)**	**(68.235)**
Receitas (despesas) financeiras líquidas	**(17.188)**	**(53.468)**	**(85.521)**	**(64.117)**

(i) A controladora, apresenta os juros passivos derivados de captações com terceiros líquidos dos juros ativos incorridos com o conta corrente com partes relacionadas. O efeito da compensação dos juros ativos com conta corrente com os juros passivos com terceiros foi de R$ 44.120 em 31 de dezembro de 2024 (em 2023 não houve essa compensação uma vez que o conta corrente não era corrigido). **28. Instrumentos financeiros:** a) Classificação contábil e valores justos: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Ativos controladora				Valor contábil		Valor justo	
31 de dezembro de 2024	**Nota**	**Valor justo – Instrumentos derivativos**	**Ativos financeiros a custo amortizado**	**Outros passivos financeiros**	**Total**	**Nível 2**	**Total**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo							
Instrumentos financeiros derivativos		2.059	–	–	2.059	2.059	2.059
		2.059	**–**	**–**	**2.059**	**2.059**	**2.059**
Ativos financeiros não –mensurados ao valor justo							
Caixa e equivalentes de caixa	9	–	11.618	–	11.618	–	–
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	10	–	47.011	–	47.011	–	–
Outros ativos	13	–	18.084	–	18.084	–	–
Conta corrente com partes relacionadas	14	–	141.097	–	141.097	–	–
Mútuos a receber de partes relacionadas	14	–	15.639	–	15.639	–	–
Total		**–**	**233.449**	**–**	**233.449**	**–**	**–**

Ativos controladora				Valor contábil		Valor justo	
31 de dezembro de 2023	**Nota**	**Valor justo – Instrumentos derivativos**	**Ativos financeiros a custo amortizado**	**Outros passivos financeiros**	**Total**	**Nível 2**	**Total**
Ativos financeiros não –mensurados ao valor justo							
Caixa e equivalentes de caixa	9	–	16.268	–	16.268	–	–
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	10	–	64.586	–	64.586	–	–
Outros ativos	13	–	13.404	–	13.404	–	–
Conta corrente com partes relacionadas	14	–	77.639	–	77.639	–	–
Mútuo a receber de partes relacionadas	14	–	40.669	–	40.669		
Total		**–**	**212.566**	**–**	**212.566**	**–**	**–**

Passivos controladora				Valor contábil		Valor justo	
31 de dezembro de 2024	**Nota**	**Valor justo – Instrumentos derivativos**	**Ativos financeiros a custo amortizado**	**Outros passivos financeiros**	**Total**	**Nível 2**	**Total**
Passivos financeiros não –mensurados ao valor justo							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	–	–	278.719	278.719	278.719	278.719
Passivo de arrendamento	21	–	–	7.853	7.853	7.853	7.853
Fornecedores e outras contas à pagar	18	–	–	47.493	47.493	47.493	47.493
		–	**–**	**334.065**	**334.065**	**334.065**	**334.065**

Passivos controladora				Valor contábil		Valor justo	
31 de dezembro de 2023	**Nota**	**Valor justo – Instrumentos derivativos**	**Ativos financeiros a custo amortizado**	**Outros passivos financeiros**	**Total**	**Nível 2**	**Total**
Passivos financeiros mensurados ao valor justo							
Instrumentos financeiros derivativos		192	–	–	192	192	192
		192	**–**	**–**	**192**	**192**	**192**
Passivos financeiros não –mensurados ao valor justo							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	–	–	267.679	267.679	392.096	392.096
Passivo de arrendamento	21	–	–	10.884	10.884	13.904	13.904
Fornecedores e outras contas à pagar	18	–	–	48.318	48.318	–	–
Outras obrigações		–	53	53	53	–	–
		–	**53**	**326.934**	**326.934**	**406.000**	**406.000**

Ativos consolidados				Valor contábil		Valor justo	
31 de dezembro de 2024	**Nota**	**Valor justo – Instrumentos derivativos**	**Ativos financeiros a custo amortizado**	**Outros passivos financeiros**	**Total**	**Nível 2**	**Total**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo							
Instrumentos financeiros derivativos		2.059	–	–	2.059	2.059	2.059
		2.059	**–**	**–**	**2.059**	**2.059**	**2.059**
Ativos financeiros não –mensurados ao valor justo							
Caixa e equivalentes de caixa	9	–	30.903	–	30.903	–	–
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	10	–	164.780	–	164.780	–	–
Outros ativos	13	–	20.552	–	20.552	–	–
Total		**–**	**216.235**	**–**	**216.235**	**–**	**–**

Ativos consolidados				Valor contábil		Valor justo	
31 de dezembro de 2023	**Nota**	**Valor justo – Instrumentos derivativos**	**Ativos financeiros a custo amortizado**	**Outros passivos financeiros**	**Total**	**Nível 2**	**Total**
Ativos financeiros não –mensurados ao valor justo							
Caixa e equivalentes de caixa	9	–	31.139	–	31.139	–	–
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	10	–	138.167	–	138.167	–	–
Outros ativos	13	–	14.675	–	14.675	–	–
Total		**–**	**183.981**	**–**	**183.981**	**–**	**–**

Passivos consolidados				Valor contábil		Valor justo	
31 de dezembro de 2024	**Nota**	**Valor justo – Instrumentos derivativos**	**Ativos financeiros a custo amortizado**	**Outros passivos financeiros**	**Total**	**Nível 2**	**Total**
Passivos financeiros não –mensurados ao valor justo							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	–	–	278.719	278.719	278.719	278.719
Passivo de arrendamento	21	–	–	7.853	7.853	7.853	7.853
Fornecedores e outras contas à pagar	18	–	–	124.316	124.316	–	–
		–	**–**	**409.072**	**409.072**	**–**	**–**

Passivos consolidados				Valor contábil		Valor justo	
31 de dezembro de 2023	**Nota**	**Valor justo – Instrumentos derivativos**	**Ativos financeiros a custo amortizado**	**Outros passivos financeiros**	**Total**	**Nível 2**	**Total**
Passivos financeiros mensurados ao valor justo							
Instrumentos financeiros derivativos		192	–	–	192	192	192
		192	**–**	**–**	**192**	**192**	**192**
Passivos financeiros não –mensurados ao valor justo							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	–	–	267.679	267.679	392.096	392.096
Passivo de arrendamento	21	–	–	10.924	10.924	13.953	13.953
Fornecedores e outras contas à pagar	18	–	–	148.138	148.138	–	–
		–	**–**	**426.741**	**426.741**	**406.049**	**406.049**

b) Mensuração do valor justo: Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis: As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

Tipo	Técnica de avaliação
Contratos de câmbio a termo	Precificação a termo: O valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço
Mútuo a receber	O Valor justo calculado foi feito com base nas taxas de juros do mercado.
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado.
Passivo de arrendamento	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado.

c) Gestão de capital: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida com instituições financeiras, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. A Administração não considera no cálculo da sua dívida líquido o passivo de arrendamento. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial,

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 01/05/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

Cellera Farmacêutica S.A.

com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim sumarizados:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	278.719	267.679	278.719	267.679
Passivo de arrendamento	21	7.853	10.884	7.853	10.924
Caixa e equivalentes de caixa	9	(11.618)	(16.268)	(30.903)	(31.139)
Dívida líquida		274.953	262.295	255.669	247.464
Total do patrimônio líquido	24	105.182	143.310	105.182	143.310
Total do capital		**380.136**	**405.605**	**360.851**	**390.774**
Índice de alavancagem financeira (%)		72,33%	64,67%	70,85%	63,33%

d) Gerenciamento dos riscos financeiros: O Grupo está exposto aos seguintes riscos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado (risco de moeda e juros). **i. Estrutura de gerenciamento de riscos**: O Conselho de Administração tem a responsabilidade de estabelecer a estrutura de gerenciamento de riscos, bem como de desenvolver e acompanhar as políticas de gerenciamento de riscos do Grupo. Essas políticas são estabelecidas para identificar os riscos que o Grupo enfrenta e definir limites, controles, monitoramento e aderência aos limites apropriados. As políticas e sistemas de gerenciamento de risco são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. Este, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, visa a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam seus papéis e obrigações. **ii. Risco de crédito**: Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado foram as seguintes.

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Em 31 de dezembro	10	(6.208)	(3.570)	(7.279)	(3.570)

Contas a receber: A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria. O Comitê de Gerenciamento de Risco estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de o Grupo apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pelo Grupo inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados trimestralmente. Vendas que eventualmente excedam esses limites exigem aprovação do Comitê de Gerenciamento de Risco. O Grupo limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de um e três meses para clientes individuais. Mais de 80% dos clientes do Grupo vêm operando por mais de 4 anos, e nenhum desses saldos de clientes foi baixado ou apresentou problemas de recuperação na data do balanço (grupo 2 na tabela abaixo). No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, histórico de negociação com o Grupo, e existência de dificuldades financeiras no passado. A tabela abaixo apresenta uma análise do contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
Contas a receber de clientes	2024	2023	2024	2023
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
grupo 1	531	6.151	1.222	12.792
Grupo 2	45.496	58.199	162.529	121.030
Grupo 3	7.192	3.806	8.308	7.915
Total de contas a receber de clientes	**53.219**	**68.156**	**172.059**	**141.737**

• Grupo 1 - Novos clientes. • Grupo 2 - Clientes existentes sem inadimplência no passado. • Grupo 3 - Clientes existentes com algumas inadimplências no passado. **Avaliação da perda esperada de crédito para clientes individuais**: O Grupo utiliza de uma matriz de provisão composta de dois níveis para mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes individuais, utilizando no primeiro nível fonte interna de avaliação de risco com base no histórico de títulos em atraso, e em segundo nível, fontes externas de avaliação de risco de liquides. **Primeiro nível**: A Classificação de primeiro nível é realizada com base em informações internas históricas e posições de atrasos em cada período, atribuindo nota de 1 a 5 com base no vencimento de cada título, aplica-se um percentual de redução do valor recuperável, conforme quadro abaixo:

Vencimento em dias	Risco	Nota	% provisão	Contas a receber	Provisão	Com problema de recuperação
	Muito baixo	5	0%	156.298	–	Não
A vencer						
1–30 dias	Baixo	4	0%	8.950	–	Não
31–60 dias	Moderado	3	50%	14	(7)	Não
61–360 dias	Alto	2	100%	60	(30)	Sim
> 360 dias	Muito alto	1	100%	6.737	(6.737)	Sim
				172.059	**(6.774)**	

Segundo nível: Desconsiderando os títulos do primeiro nível classificados como vencidos, a classificação de segundo nível é realizada com base em associações de créditos. Com base no Rating, a Administração atribuiu notas de 1 a 5, e utilizou a média dos doze últimos meses, de forma a determinar o percentual de a ser aplicado para fins de Redução do valor recuperável. Abaixo quadro que demonstra a classificação de risco definida pelo Grupo.

Vencimento em dias	Risco	Nota	% provisão	Contas a receber	Provisão	Com problema de recuperação
A	Muito baixo	5	0%	148.178	–	Não
B	Baixo	4	0%	6.623	–	Não
C	Moderado	3	15%	287	(43)	Não
D	Alto	2	30%	723	(217)	Não
E	Muito alto	1	50%	487	(244)	Não
				156.298	**(504)**	
	Títulos vencidos			15.761	(6.774)	
	Total			**172.059**	**(7.278)**	

Caixa e equivalentes de caixa: O Grupo mantém o "Caixa e equivalentes de caixa" com bancos e instituições financeiras que possuem rating superior a BB-, baseado na agência de rating Standard & Poor's Global Ratings.

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	9	11.618	16.268	30.903	31.139
		11.618	**16.268**	**30.903**	**31.139**

i. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo do Grupo ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo. O Grupo busca manter o nível de seu "Caixa e equivalentes de caixa" e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto "Fornecedores"). O Grupo monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do "Contas a receber de clientes e outros recebíveis" em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas a "Fornecedores e outras contas a pagar". A tabela a seguir analisa os passivos do Grupo em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2023						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	50.788	216.891	–	50.788	216.891	–
Fornecedores e outras contas à pagar	48.318	–	–	148.138	–	–
Passivos de arrendamentos	4.553	6.002	329	4.567	6.028	329
Instrumentos financeiros derivativos	192	–	–	192	–	–
Em 31 de dezembro de 2024						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	41.060	237.659	–	41.061	237.659	–
Fornecedores e outras contas à pagar	47.493	–	–	124.316	–	–
Passivos de arrendamentos	3.969	3.885	–	3.969	3.885	–
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	–	–	–

Os fluxos de entradas/(saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta.Os pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures a uma taxa de juros pós-fixada incluídos na tabela acima refletem as taxas de juros de mercado e estes montantes podem mudar na medida em que as taxas de juros pós-fixadas mudem. Os instrumentos derivativos podem ser diferentes dos montantes apresentados na tabela acima, uma vez que as taxas de câmbio ou as condições relevantes das transações podem mudar. Exceto por esses passivos financeiros, não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise acima possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores significativamente diferentes. **i. Risco de mercado**: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, o Grupo busca aplicar contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado. **Risco cambial** O Grupo está exposto ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as compras e empréstimos e financiamentos são denominados, e a respectiva moeda funcional do Grupo (Real). Em 2024, o Grupo mantém uma linha de FINIMP com base em um contrato a termo de moedas no intuito de mitigar eventuais riscos cambiais, linha utilizada para importação de insumos essenciais para processo produtivo do grupo. **Análise de sensibilidade**: Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real contra todas as outras moedas em 31 de dezembro, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

								Controladora 2023
Moeda (variação cambial)	**Resultado do Exercício Valorização 25%**	**Valorização 50%**	**Desvalorização 25%**	**Desvalorização 50%**	**Patrimônio Líquido Valorização 25%**	**Valorização 50%**	**Desvalorização 25%**	**Desvalorização 50%**
USD	**14.519**	**9.679**	**(24.199)**	**(29.038)**	**(14.519)**	**(9.679)**	**24.199**	**29.038**

- A taxa de câmbio considerada como cenário provável foi de R$ 4,84/USD. - A variação de aproximadamente 25% corresponde às taxas de R$ 3,63 (valorização) e R$ 6,05 (desvalorização). - A variação de aproximadamente 50% corresponde às taxas de R$ 2,42 (valorização) e R$ 7,26 (desvalorização). - Os passivos em USD totalizavam US$ 4.000 mil (soma de fornecedores e FINIMP).

								Controladora 2024
Moeda (variação cambial)	**Resultado do Exercício Valorização 25%**	**Valorização 50%**	**Desvalorização 25%**	**Desvalorização 50%**	**Patrimônio Líquido Valorização 25%**	**Valorização 50%**	**Desvalorização 25%**	**Desvalorização 50%**
USD	**21.880**	**14.586**	**(36.466)**	**(43.759)**	**(21.880)**	**(14.586)**	**36.466**	**43.759**

- A taxa de câmbio considerada como cenário provável foi de R$ 6,19/USD. - A variação de aproximadamente 25% corresponde às taxas de R$ 4,64 (valorização) e R$ 7,74 (desvalorização). - A variação de aproximadamente 50% corresponde às taxas de R$ 3,10 (valorização) e R$ 9,29 (desvalorização). - Os passivos em USD totalizavam US$ 4.711 mil (soma de fornecedores e FINIMP).

								Consolidado 2023
Moeda (variação cambial)	**Resultado do Exercício Valorização 25%**	**Valorização 50%**	**Desvalorização 25%**	**Desvalorização 50%**	**Patrimônio Líquido Valorização 25%**	**Valorização 50%**	**Desvalorização 25%**	**Desvalorização 50%**
USD	**14.893**	**9.928**	**(24.822)**	**(29.786)**	**(14.893)**	**(9.928)**	**24.822**	**29.786**

- A taxa de câmbio considerada como cenário provável foi de R$ 4,84/USD. - A variação de aproximadamente 25% corresponde às taxas de R$ 3,63 (valorização) e R$ 6,05 (desvalorização). - A variação de aproximadamente 50% corresponde às taxas de R$ 2,42 (valorização) e R$ 7,26 (desvalorização). - Os passivos em USD totalizavam US$ 4.102 mil (soma de fornecedores e FINIMP).

								Consolidado 2024
Moeda (variação cambial)	**Resultado do Exercício Valorização 25%**	**Valorização 50%**	**Desvalorização 25%**	**Desvalorização 50%**	**Patrimônio Líquido Valorização 25%**	**Valorização 50%**	**Desvalorização 25%**	**Desvalorização 50%**
USD	**22.310**	**14.873**	**(37.183)**	**(44.620)**	**(22.310)**	**(14.873)**	**37.183**	**44.620**

- A taxa de câmbio considerada como cenário provável foi de R$ 6,19/USD. - A variação de aproximadamente 25% corresponde às taxas de R$ 4,64 (valorização) e R$ 7,74 (desvalorização). - A variação de aproximadamente 50% corresponde às taxas de R$ 3,10 (valorização) e R$ 9,29 (desvalorização). - Os passivos em USD totalizavam US$ 4.803 mil (soma de fornecedores e FINIMP). **Risco de taxa de juros**: **Exposição ao risco de taxa de juros**: O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Instrumentos com taxa de juros pós–fixada				
Depósitos bancários de curto prazo	10.194	15.132	24.354	29.337
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22.644	28.222	22.644	28.222

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos com taxa de juros pós-fixada. Uma alteração de 100 pontos base nas taxas de juros, na data do balanço, teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de câmbio, permaneceriam constantes.

	Resultado do exercício	
Consolidado	**100 pb aumento**	**100 pb diminuição**
31 de dezembro de 2023		
Instrumentos com taxa de juros pós–fixada	(282)	282
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	**(282)**	**282**

Luis Carlos Teixeira Santos - *Diretor Financeiro*
Rogério Oliveira Aguilar - *Gerente Fiscal e Contábil - CRC nº 1SP 354114/O-0*

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e aos Administradores da **Cellera Farmacêutica S.A.** Indaiatuba – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cellera Farmacêutica S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cellera Farmacêutica S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de abril de 2025

KPMG
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027612/F

Carlos Humberto Rodrigues da Silva
Contador
CRC 1SP217733/O-4

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 01/05/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

Bimona Participações S.A.

CNPJ nº 32.024.683/0001-03

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em reais - R$)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	122.992	76.728
Aplicações financeiras	5	316.168	776.453
Impostos a recuperar		7.025	5.833
		446.185	**859.014**
Total do ativo		**446.185**	**859.014**
PASSIVO			
Circulante			
Obrigações tributárias		57	30
Contas a pagar	7	17.000	16.000
		17.057	**16.030**
Não circulante			
Patrimônio líquido			
Capital social	8	1.000.000	1.000.000
Reserva legal		38.951	38.951
Prejuízos acumulados		(609.823)	(195.967)
		429.128	**842.984**
Total do passivo		**446.185**	**859.014**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Descrição	Nota	2024	2023
Receitas e despesas operacionais			
Receitas (despesas) financeiras líquidas	11	(392.517)	122.712
Despesas gerais e administrativas	12	(21.339)	(17.731)
		(413.856)	**104.981**
Resultado antes do IRPJ e CSLL		**(413.856)**	**104.981**
IRPJ CSLL		–	–
Lucro (prejuízo) do exercício		**(413.856)**	**104.981**
Quantidade de ações	6	1.000.000	1.000.000
Lucro (prejuízo) por ação – R$	10	(0,4139)	0,1050

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Capital social	Reservas de lucros Reserva legal	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31/12/2022	**1.000.000**	**33.702**	**(295.699)**	**738.003**
Lucro líquido do exercício	–	–	104.981	104.981
Destinações:				
Reserva legal	–	5.249	(5.249)	–
Saldos em 31/12/2023	**1.000.000**	**38.951**	**(195.967)**	**842.984**
Prejuízo do exercício	–	–	(413.856)	(413.856)
Saldos em 31/12/2024	**1.000.000**	**38.951**	**(609.823)**	**429.128**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto Operacional: A **Bimona Participaçõees S.A.**, constituída em 14/11/2018, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, com tempo de duração indeterminado, e tem por objeto social: a) Participação em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, no Brasil e no Exterior; b) Administração de bens próprios; c) Apoio, planejamento, organização e assessoramento de empresas em geral; d) Intermediação, agenciamento e realização de negócios e empreendimentos econômicos, nacionais e internacionais; e) Estudos de prospecção de mercados e clientes; e f) Demais serviços correlatos, exceto atividades que dependam da inscrição em conselhos de classe ou órgãos semelhantes. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e estão sendo apresentadas em Reais. **3. Sumário das Principais Práticas Contábeis: a) Apuração de Resultados:** O regime de apuração do resultado é o de competência. **b) Caixa e Equivalentes de Caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em mercado aberto e renda fixa, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo que são utilizados pela Empresa para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c) Aplicações financeiras:** Estão representadas por ações de companhias abertas e são registradas pelo custo de aquisição, sendo valorizadas pela última cotação diária de fechamento da Bolsa de Valores. **d) Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá- lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **e) Provisões para IRPJ e CSLL:** São apurados com base no lucro tributável pela alíquota de 15% acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$ 240 mil no período de 12 meses, enquanto a CSLL é calculada a 9% com base no lucro tributável. **f) Provisão para Contingências Passivas:** São reconhecidas nas demonstrações contábeis quando da existência de uma obrigação presente como resultado de um evento passado e com base na opinião de assessores jurídicos e da administração for considerado provável uma saída de recurso que incorporam os benefícios econômicos para liquidar esta obrigação, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa:

Descrição	2024	2023
Caixa	1	1
Bancos	937	6.156
Fundo CDB FIQ RF	122.054	70.571
	122.992	**76.728**

5. Aplicações Financeiras: Estão representadas por aplicações em ações de companhias abertas conforme segue:

Código	Ação	Quantidade	2024 Preço de Mercado
ANIM3	Anima Educação (ON NM)	106.200	167.796
CSNA3	Companhia Siderúrgica Nacional (ON)	7.880	69.817
BRKM5	Braskem (PNA N1)	6.000	69.480
TASA4	Taurus Armas (PN)	1.100	9.075
			316.168

Código	Ação	Quantidade	2023 Preço de Mercado
ANIM3	Anima Educação (ON NM)	106.200	473.652
CSNA3	Companhia Siderúrgica Nacional (ON)	7.880	154.921
BRKM5	Braskem (PNA N1)	6.000	131.160
TASA4	Taurus Armas (PN)	1.100	16.720
			776.453

6. Instrumentos Financeiros Derivativos: A Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31/12/2024 e 2023. **7. Contas a Pagar:** São representados por despesas e outros gastos necessários para manutenção das operações da Companhia, não liquidadas no próprio exercício. **8. Capital Social:** Em 31/12/2024 e 2023, o capital social subscrito e realizado da Companhia é de R$ 1.000.000 (um milhão de reais), dividido em 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal. **9. Dividendos:** O estatuto determina a distribuição de dividendos de 20% sobre o lucro líquido, depois de deduzida a reserva legal. **10. Resultado por Ação:** O resultado por ação em foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a respectiva quantidade de ações, conforme quadro abaixo:

Descrição	2024	2023
Lucro/(prejuízo) do exercício	(413.856)	104.981
Quantidade de ações ordinárias	1.000.000	1.000.000
Lucro/(prejuízo) por ação (Em R$)	**(0,4139)**	**0,1050**

11. Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas:

Descrição	2024	2023
Rendas de títulos de Renda Fixa	8.472	7.936
Receita (despesa) de avaliação a valor justo – RV	(460.285)	94.622
Dividendos recebidos	60.366	16.979
Juros sobre o capital próprio recebidos	–	4.160
Tarifas bancárias	(1.069)	(984)
Juros passivos	(1)	(1)
	(392.517)	**122.712**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2024	2023
Lucro (prejuízo) do exercício	(413.856)	104.981
Caixa operacional antes dos movimentos de capital de giro	(413.856)	104.981
(Aumento) diminuição no ativo:		
(Aumento)/redução em aplicações financeiras	460.285	(94.622)
(Aumento) em impostos a recuperar		
Aumento (diminuição) no passivo:	(1.192)	(1.881)
Aumento/(redução) em obrigações tributárias	27	(5)
Aumento em contas a pagar	1.000	1.200
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**46.264**	**9.673**
Fluxo de caixa das atividades de investimento	–	–
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	–	–
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**46.264**	**9.673**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa demonstrado por:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	76.728	67.055
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	122.992	76.728
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**46.264**	**9.673**

12. Despesas Administrativas:

Descrição	2024	2023
Impostos e Taxas	(2.119)	(1.731)
Serviços prestados por pessoas jurídicas	(17.000)	(16.000)
Outras	(2.220)	–
	(21.339)	**(17.731)**

13. Contingências: Em 31/12/2024 e 2023, a Companhia não apresentava nenhuma ação judicial ou qualquer litígio. **14. Eventos Subsequentes:** Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações contábeis, não ocorreram eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

Sophie Kryss - *Diretora*
Antonio Martins Lima - *Diretor*
Manuel de Jesus Santos
Contador-CRC-1SP295890/O-6

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **Bimona Participações S.A.**, São Paulo – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Bimona Participações S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Bimona Participações S.A.** em 31/12/2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 21/03/2025.

Confiance Auditores Independentes
CRC Nº 2SP022750/O-8
José Julio de Sousa Pereira Contador
CRC Nº 1SP094178/O-3

BSI Capital Securitizadora S.A.

CNPJ/MF n° 11.257.352/0001-43 - NIRE 35.300.461.827

Edital de Convocação - Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 7ª Série da 1ª emissão a ser realizada em 20 de maio de 2025

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 7ª Série da 1ª Emissão da **BSI Capital Securitizadora S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.257.352/0001-43 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 10 do Termo de Securitização, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **20 de maio de 2025**, **às 10:30 horas**, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **a)** Deliberar sobre a aprovação ou não da concessão ou dispensa de *waiver* referente à recomposição do fundo de liquidez, conforme prazo a ser estabelecido; **b)** Deliberar sobre eventuais ajustes, modificações ou inclusões necessárias durante a vigência do edital de convocação, em razão de circunstâncias imprevistas ou necessidades identificadas no decorrer de sua execução; e **c)** Caso o item (a) acima seja aprovado, proceder à aprovação, discussão e deliberação sobre a alteração de outros termos e condições relativos aos CRI, com o consequente aditamento de toda a documentação pertinente aos CRI. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para amanda.melo@bsicapital.com.br fiduciario@commcor.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 7ª Série da 1ª Emissão), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) Participante pessoa física**: Cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) Demais participantes**: Cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhada de documento societário que comprove a representação legal do titular dos CRI (como ata de eleição da diretoria) e cópia do documento de identidade do representante legal. Caso este seja representado por procurador, deverá ser enviada também a procuração com firma reconhecida ou assinada eletronicamente com certificado digital, contendo poderes específicos para representação na Assembleia, emitida há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. São Paulo, 20 de maio de 2025. **BSI Capital Securitizadora S.A.** (29, 30 e 01/052025)

Norte Buss Transportes S.A.

CNPJ/MF nº 21.692.479/0001-44 - NIRE 35.300.479.696

Avenida Coronel Sezefredo Fagundes, nº 3229 - Tucuruvi – São Paulo/SP

Sociedade Anônima de Capital Fechado

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os Srs. Acionistas da **Norte Buss Transportes S.A.** convidados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e , no dia **30 de maio de 2025**, às **10h00,** na **Rua Voluntários da Pátria, nº 547 – Santana – São Paulo/SP** (Local reservado fora da sede da Companhia que fica localizada no endereço da Avenida Coronel Sezefredo Fagundes, nº. 3229 – Tucuruvi – CEP: 02306-003 por reunir condições estruturais adequadas ao bom andamento dos trabalhos da assembleia e com capacidade para comportar todos os acionistas convocados), a fim de deliberarem sobre os seguintes assuntos: **Em Assembleia Geral Ordinária: a)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, bem como o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2024; **b)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do período, se houver, e a distribuição de dividendos relativos ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2024. **Em Assembleia Geral Extraordinária: a)** Homologação das Cessões de Direitos de Acionistas; **b)** Homologação do Boletim de Subscrição da Sociedade que segue anexo a esta ata, aprovando a exclusão e admissão de Acionistas, com o correspondente ajuste das subscrições e integralizações; **c)** Exclusão do número de Prefixo do Boletim de Subscrição da Sociedade, com manutenção do número da Ação para identificação. **Disposições Gerais**: **a)** Encontram-se à disposição dos acionistas para consulta, na sede social da Companhia, os documentos pertinentes às deliberações objeto da Assembleia, a saber: cópias das demonstrações financeiras, relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, e, parecer de auditores independentes; **b)** A representação de acionista, por procurador, deverá ser precedida de depósito do respectivo instrumento de procuração, no setor de Registro de Ações da Companhia, localizado na Filial Garagem Jaraguá – Rua Andresa, nº 101 – Jaraguá São Paulo/SP, com 72 horas de antecedência e, obedecer ao disposto nos termos da lei 6.404/76, Artigo 126, Parágrafo 1º ***(Parágrafo 1º O acionista pode ser representado na assembleia-geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado; na companhia aberta, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos)***; **c)** Terá o acionista direito a tantos votos quantos forem o número de suas ações subscritas e totalmente integralizadas nos termos do artigo 6º, Parágrafo 2º do estatuto social. "*Em atendimento ao disposto no artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia serão colocados à disposição na sede da Companhia.*" São Paulo, 30 de abril de 2025. **Jeremias José Pereira - Diretor Presidente da Norte Buss Transportes S.A. (30/04/2025, 01 e 03/05/2025)**

Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, colocando-se à disposição para qualquer esclarecimento. Ribeirão Pires, 30 de abril de 2025. *A Administração*

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2024	2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	350.724	318.229
Aplicações financeiras	38.541	47.953
Contas a receber de clientes	662.635	374.735
Empréstimos a receber	10.650	48.847
Estoques	699.643	555.106
Instrumentos financeiros derivativos	667	738
Tributos a recuperar	75.104	43.541
Pagamentos antecipados	2.426	9.391
Outras contas a receber	432.412	230.389
Total do ativo circulante	**2.272.802**	**1.628.929**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Tributos a recuperar	19.478	15.031
Outras contas a receber	152.102	142.892
Investimentos	255.140	499.651
Imobilizado	1.100.092	949.986
Intangível	2.657	3.989
Total do ativo não circulante	**1.529.469**	**1.611.549**
Total do ativo	**3.802.271**	**3.240.478**

Passivo	2024	2023
Circulante		
Fornecedores	255.096	270.581
Fornecedores (Carta de crédito importação)	217.550	75.438
Empréstimos e financiamentos	523.957	456.490
Instrumentos financeiros derivativos	5.470	1.090
Salários e encargos sociais a recolher	38.433	34.791
Adiantamentos de clientes	85.695	78.135
Imposto de renda e contribuição social a pagar	29.449	17.166
Tributos a recolher	5.897	8.874
Parcelamento de tributos	1.886	–
Dividendos a pagar	975.061	783.701
Comissões a pagar	31.668	19.910
Outras contas a pagar	18.221	12.878
Total do passivo circulante	**2.188.383**	**1.759.054**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	249.068	183.837
Parcelamento de tributos	6.287	–
Provisão para contingências	22.048	22.833
Passivo fiscal diferido	15.522	49.248
Total do passivo não circulante	**292.925**	**255.918**
Patrimônio líquido		
Capital social	210.396	210.396
Capital a integralizar	(14.408)	(14.408)
Reserva de capital	195	195
Reservas de lucros	1.246.943	1.008.599
Ajustes de avaliação patrimonial	(122.163)	20.724
Total do patrimônio líquido	**1.320.963**	**1.225.506**
Total do passivo e patrimônio líquido	**3.802.271**	**3.240.478**

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	2024	2023
Receita operacional líquida	2.297.018	2.045.972
Custo dos produtos vendidos	(1.537.466)	(1.404.771)
Lucro bruto	**759.552**	**641.201**
Despesas com vendas	(131.278)	(135.965)
Despesas gerais e administrativas	(101.252)	(72.246)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(15.925)	(18.222)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(739)	(781)
Outras receitas operacionais	73.526	63.862
Outras despesas operacionais	(65.134)	(66.568)
	518.750	**411.281**
Receitas financeiras	78.227	71.265
Despesas financeiras	(111.453)	(125.823)
Variações monetárias e cambiais líquidas	(3.024)	(27.357)
Resultado financeiro líquido	**(36.250)**	**(81.915)**
Participação no lucro das empresas investidas por equivalência patrimonial	82.680	149.076
Resultado antes dos impostos	**565.180**	**478.442**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(173.660)	(113.956)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33.726	2.380
	(139.934)	**(111.576)**
Lucro líquido do exercício	**425.246**	**366.866**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**425.246**	**366.866**
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Investimentos patrimoniais a VJORA – variação líquida no valor justo	–	–
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial – participação nos ORA	(135.315)	–
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Hedge de fluxo de caixa – parcela efetiva das mudanças no valor justo	–	–
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial – participação nos ORA	(3.114)	–
Ajuste acumulado de conversão em controlada		–
Resultado abrangente total	**286.817**	**366.866**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

Fluxos de caixa das atividades operacionais:	2024	2023
Lucro líquido do exercício	425.246	366.866
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	68.060	58.528
Resultado com equivalência patrimonial	(82.680)	(149.076)
Provisão para ajuste ao valor recuperável de contas a receber	739	781
Provisão para perdas em estoque	297	(178)
Provisão de juros sobre empréstimos a pagar – terceiros	51.473	38.707
Receita de juros sobre empréstimos – partes relacionadas	(1.615)	(8.017)
Remensuração dos instrumentos financeiros derivativos	(17.285)	6.039
Provisão para contingências	7.416	7.874
Variação cambial sobre empréstimos	130.518	(18.549)
Variação cambial não realizada sobre ativos e passivos	(19.526)	7.026
Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	14.273	230
Imposto de renda e contribuição social diferido	(33.726)	(2.380)
Imposto de renda e contribuição social corrente	173.660	113.956
(Aumento) redução em ativos		
Contas a receber de clientes	(230.935)	(48.764)
Estoques	(144.834)	(39.985)
Tributos a recuperar	(31.884)	(18.714)
Pagamentos antecipados	6.965	(4.641)
Outras contas a receber	(22.075)	33.314
Aumento (redução) em passivos		
Fornecedores	85.976	(4.844)
Salários e encargos sociais	3.641	273
Adiantamentos de clientes	7.560	(194.428)
Comissões a pagar	11.758	(4.321)
Tributos a recolher	(2.977)	(13.153)
Parcelamento de tributos	8.173	(1.573)
Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas	(8.201)	(3.603)
Outras contas a pagar	5.343	5.944
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**405.360**	**127.312**
Fluxo de caixa operacional – outros		
Juros pagos sobre empréstimos – terceiros	(48.408)	(32.118)
Juros recebidos sobre empréstimos – partes relacionadas	185	6.146
Liquidação contratos de hedge	21.736	(7.525)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(161.377)	(100.436)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**217.496**	**(6.621)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	–	(47.953)
Resgates aplicações financeiras	9.412	49.028
Mútuo concedido de partes relacionadas	–	(187.101)
Mútuo recebido de partes relacionadas	39.627	144.274
Aumento de capital em investida (joint venture)	–	(2.004)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(222.236)	(223.471)
Aquisições de intangível	(53)	(302)
Fluxo de caixa utilizados nas atividades de investimento	**(173.250)**	**(267.529)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captações de empréstimos – terceiros	514.432	423.369
Pagamentos de empréstimos – terceiros	(515.317)	(258.268)
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamento	**(885)**	**165.101**
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	(10.866)	(3.505)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**32.495**	**(112.554)**
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	318.229	430.783
No fim do exercício	350.724	318.229
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**32.495**	**(112.554)**
Divulgação adicional de transações não caixa		
Compensações fiscais	(9.183)	(6.363)
Crédito de impostos sobre imobilizado	4.126	3.543

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Atribuível as acionistas controladores							
	Capital social	**Capital social a integralizar**	**Reserva de capital**	**Reserva legal**	**Reserva de investimentos**	**Ajustes de avaliação patrimonial**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**210.396**	**(14.408)**	**195**	**39.197**	**763.168**	**25.182**	**–**	**1.023.730**
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	–	–	–	–	–	(4.458)	4.458	**–**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	366.866	**366.866**
Destinações:								
Dividendos obrigatórios preferenciais classe B	–	–	–	–	–	–	(73.373)	**(73.373)**
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	(91.717)	**(91.717)**
Retenção de lucros	–	–	–	–	206.234	–	(206.234)	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**210.396**	**(14.408)**	**195**	**39.197**	**969.402**	**20.724**	**–**	**1.225.506**
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	–	–	–	–	–	(4.458)	4.458	**–**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	425.246	**425.246**
Destinações:								
Dividendos obrigatórios preferenciais classe B	–	–	–	–	–	–	(85.049)	**(85.049)**
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	(106.311)	**(106.311)**
Retenção de lucros	–	–	–	–	238.344	–	(238.344)	**–**
Resultados abrangentes do exercício	–	–	–	–	–	(138.429)	–	**(138.429)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**210.396**	**(14.408)**	**195**	**39.197**	**1.207.746**	**(122.163)**	**–**	**1.320.963**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Contexto operacional – A Companhia Brasileira de Cartuchos (doravante denominada "CBC" ou "Companhia"), localizada na cidade de Ribeirão Pires/SP, tem como objeto social preponderante a fabricação e o comércio de cartuchos de munições de calibres pequenos e médios, propelentes, armas, artigos e acessórios afins, bem como a fabricação e venda de máquinas, atuando nos mercados nacional e internacional. **Base de preparação – a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP). **b. Moeda funcional e moeda de apresentação** – Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos** – Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que podem afetar a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Políticas contábeis materiais – A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a.** Apresentamos um índice das políticas contábeis materiais; **b.** Moeda estrangeira; **c.** Instrumentos financeiros; **d.** Instrumentos financeiros derivativos; **e.** Imobilizado; **f.** Intangível; **g.** Redução ao valor recuperável (*Impairment*); **h.** Benefícios a empregados; **i.** Estoques; **j.** Provisões; **k.** Capital social; **l.** Receita de contrato de cliente; **m.** Receitas e despesas financeiras; **n.** Imposto de renda e contribuição social; **o.** Demais ativos circulantes e não circulantes; **p.** Gerenciamento de risco; **q.** Arrendamentos; **r.** Fornecedores (Carta de crédito importação).

Fabio Luiz Munhoz Mazzaro *– Diretor Presidente*
Fernando Salm *– Vice-Presidente de Marketing e Vendas Internacionais*
Marcos Manoel Lopes Junior *– Vice-Presidente de Operações*
Paulo Ricardo Nascimento Gomes *– Diretor Comercial*
Sandro Morais Nogueira *– Diretor Administrativo e Financeiro*
Adelar Garcia *– Diretor de Unidade*
Rogério Rosato *– Diretor Industrial*
Oldemar Alves da Fonseca Junior *– Diretor Técnico*
Eduardo Vodianitskaia
Gerente de Contabilidade
CRC 1SP 199.394/O-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Companhia Brasileira de Cartuchos – Ribeirão Pires-SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Brasileira de Cartuchos (Companhia), respectivamente que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Cartuchos em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José dos Campos, 30 de abril de 2025
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC-2SP 028.568/O-9 F SP
Fábio Antonio
Contador CRC-1SP 255.184/O-6

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

CNPJ/MF n.º 10.647.979/0001-48 - NIRE n.º 35.300.366.026

Edital de 1ª Convocação - Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª (Segunda) Série da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Cinco Séries, da Espécie Com Garantia Real, Para Distribuição Pública, da Concessionária Rota Das Bandeiras S.A.

Nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), ficam os Senhores titulares das Debêntures em circulação da 2ª (segunda) série (em conjunto, "Debenturistas") da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em cinco séries, da espécie com garantia real, para distribuição pública, da Concessionária Rota das Bandeiras S.A., objeto do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Cinco Séries, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, da Concessionária Rota das Bandeiras S.A.", celebrado entre a **Concessionária Rota das Bandeiras S.A.** sociedade por ações com registro de companhia aberta na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 10.647.979/0001-48 e com sede na Rodovia Dom Pedro I (SP065), Km 110 + 400, Pista Sul, s/n, Sítio da Moenda, CEP 13.252-800, município de Itatiba, estado de São Paulo ("Companhia") e a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira autorizada a exercer as funções de agente fiduciário pelo Banco Central do Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 3.434, bloco 07, grupo 201, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.113.876/0001-91, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos Debenturistas ("Agente Fiduciário") em 30 de outubro de 2019, conforme aditado ("Escritura de Emissão" e "Emissão", respectivamente), convocados para reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 21 de maio de 2025, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital "Microsoft Teams" ("Plataforma Digital"), com link de acesso a ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas habilitados, sem prejuízo da possibilidade de preenchimento e envio de instrução de voto previamente à realização da Assembleia, nos termos da Resolução da CVM n.º 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81" e "Instrucão de Voto", respectivamente), a fim de examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte **ordem do dia** ("Ordem do Dia"): **(i)** alteração da Data de Vencimento da Segunda Série (conforme definido na Escritura de Emissão) de 15 de julho de 2027 para 15 de julho de 2032; **(ii)** alteração do cronograma de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures de Segunda Série (conforme definido na Escritura de Emissão), conforme cronograma a ser apresentado na Proposta da Administração, disponibilizado no website do Agente Fiduciário e da Companhia, conforme indicado abaixo; e **(iii)** condicionada à aprovação das matérias listadas nos itens (i) e (ii) acima, a autorização ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes às matérias indicadas acima, incluindo, sem limitação, a celebração de aditamentos à Escritura de Emissão e aos contratos de garantia. **Informações Gerais: I. Local**: A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada de forma digital por meio da Plataforma Digital, com link de acesso a ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas habilitados para participar da Assembleia, conforme orientações contidas no item III abaixo. Nos termos do artigo 5º, Parágrafo 3º, da Resolução CVM 81, a Assembleia Geral de Debenturistas, ainda que de forma digital, será considerada realizada na sede da Companhia. **II. Material de Apoio**: A administração da Companhia disponibiliza aos Debenturistas, nesta data, a proposta da administração com informações adicionais sobre a Assembleia Geral de Debenturistas e as matérias constantes da Ordem do Dia ("Proposta da Administração"). A Proposta da Administração pode ser encontrada no website da Companhia (https://ri.rotadasbandeiras.com.br/) ou obtida por meio do Agente Fiduciário (https://webapp.oliveiratrust.com.br?tit=18701&format=debentures). A Proposta da Administração poderá ser reapresentada com no mínimo 2 (dois) dias corridos de antecedência da realização da Assembleia Geral de Debenturistas para formalizar as contrapartidas propostas pela Companhia e estará disponível nos mesmos locais descritos acima. **III. Documentos de Representação**: Nos termos do artigo 72, Parágrafo 1º e Parágrafo 2º, da Resolução CVM 81, o link de acesso será disponibilizado pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas que encaminharem aos cuidados do Agente Fiduciário, no seguinte endereço eletrônico: af.assembleias@oliveiratrust.com.br, a cópia dos seguintes documentos para habilitação, além do extrato da conta das Debêntures em nome do respectivo Debenturista ("Documentos de Representação"): **(i) se pessoa física**: (a) cópia do documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável; ou (b) no caso de ser representado por procurador, cópia do instrumento de mandato firmado com menos de 1 (um) ano, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do procurador; **(ii) se pessoa jurídica**: (a) atos constitutivos atualizados do Debenturista e do ato que investe o(s) representante(s) de poderes bastantes para representação da pessoa jurídica, devidamente registrados nos órgãos competentes, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do(s) referido(s) representante(s); e (b) se for o ocaso, instrumento de mandato (procuração) devidamente outorgado na forma da lei e/ou dos atos constitutivos do Debenturista, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do procurador; e **(iii) se fundo de investimento**: cópia do regulamento vigente e consolidado do fundo, estatuto social ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto recente e validade nacional. Para os fins dos documentos previstos no subitem (ii) acima, a Companhia acatará estatutos, contratos sociais e atas de órgãos sociais que elegeram os representantes do Debenturista pessoa jurídica, em certidão expedida pelo respectivo órgão de registro, atestando o registro do documento ou ato registrado. Os Debenturistas que tenham interesse em participar da Assembleia Geral de Debenturistas deverão observar as orientações, termos e condições previstos na Proposta da Administração. A Companhia não se responsabilizará por problemas operacionais e/ou de conexão que dificultem ou impossibilitem a participação dos Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas (e.g., instabilidade na conexão do Debenturista com a internet ou incompatibilidade da Plataforma Digital com equipamento do Debenturista). **IV. Instrução de Voto**: Caso não possam participar da Assembleia Geral de Debenturistas por meio da Plataforma Digital, os Debenturistas poderão exercer o direito de voto por meio do preenchimento e envio de Instrução de Voto, conforme modelo disponibilizado na Proposta da Administração e disponível no website da Companhia (https://ri.rotadasbandeiras.com.br/). A Instrução de Voto deverá ser preenchida pelos Debenturistas e encaminhada aos cuidados do Agente Fiduciário preferencialmente com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência da realização da Assembleia, sendo admitido o envio até o horário da Assembleia. Os Debenturistas poderão encaminhar a Instrução de Voto no seguinte endereço eletrônico: af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Para que a Instrução de Voto seja considerada válida, é imprescindível: **(i)** o preenchimento de todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do Debenturista (se pessoa física ou pessoa jurídica, respectivamente) ou do gestor do fundo (se representante de fundo de investimentos), além do número do Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF") ou do CNPJ e de indicação de telefone endereço de e-mail; **(ii)** o envio dos Documentos de Representação; e **(iii)** que a Instrução de Voto esteja devidamente assinada pelo Debenturista ou pelo seu representante legal, conforme o caso, nos termos da legislação vigente, autorizada a assinatura de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil). Pelas alterações solicitadas nos termos deste edital de convocação, poderá ser deliberado na Assembleia Geral de Debenturistas alguma(s) contrapartida(s) a ser(em) definida(s) de comum acordo entre a Companhia e os Debenturistas. Nesse sentido, a Companhia se compromete a, com no mínimo 2 (dois) dias corridos de antecedência da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, reapresentar sua proposta de administração formalizando e detalhando as contrapartidas oferecidas em caso de aprovação das alterações solicitadas nos termos deste edital de convocação. Não obstante, a Companhia se reserva o direito de, durante a condução dos trabalhos da Assembleia, negociar com os Debenturistas os termos e/ou condições das matérias objeto de deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas, de forma que, observado o quórum necessário, os Debenturistas presentes na Assembleia poderão deliberar e aprovar termos e condições diferentes daqueles previstos na Proposta da Administração. Portanto, a Companhia ressalta a importância da participação da totalidade de todos os Debenturistas no conclave ora convocado. A Companhia e o Agente Fiduciário permanecem à disposição para prestar esclarecimentos aos Debenturistas no que diz respeito à presente convocação e à realização da Assembleia Geral de Debenturistas. Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. Atenciosamente, Itatiba, 30 de abril de 2025. **Concessionária Rota das Bandeiras S.A.**

(30/04/2025, 01 e 03/05/2025)

Hidrovias do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 12.648.327/0001-53 – NIRE 35.300.383.982 – Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de abril de 2025

1. Data, Horário e Local: No dia 14 de abril de 2025, às 10:00 horas, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, nº 1.343, Bela Vista, CEP: 01317-910, permitida também a participação via *Microsoft Teams* ("**Reunião**"). **2. Convocação e Presença:** A Reunião foi devidamente instalada nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia, confirmada a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia: Marcos Marinho Lutz, Roberto Lucio Cerdeira Filho, Rodrigo de Almeida Pizzinatto, Marina Guimarães Moreira Mascarenhas, Eduardo de Toledo, Julio Cesar de Toledo Piza Neto e Luiz Alves Paes de Barros. Participaram, ainda, como convidados, os Srs. Fabio Schettino, Andre Hachem, Carlos Arruti e Denize Sampaio Bicudo ("**Convidados**"). **3. Mesa:** Presidente: Marcos Marinho Lutz; e Secretária: Denize Sampaio Bicudo. **4. Ordem do Dia:** Apreciar e/ou deliberar sobre acerca da proposta de substituição dos auditores independentes da Companhia. **5. Deliberações:** Após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia presentes à Reunião decidiram, nos termos do material apresentado pela Diretoria acerca do tópico da ordem do dia, por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas, **aprovar** a proposta de substituição dos atuais auditores independentes para a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. para a prestação de serviços para o exercício social a ser encerrado em 2025, conforme recomendação do Comitê de Auditoria não Estatutário. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi suspensa a presente reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros do Conselho de Administração presentes, ficando autorizada a sua publicação. **7. Assinaturas:** Mesa: Presidente – Sr. Marcos Marinho Lutz; Secretária – Denize Sampaio Bicudo. Membros do Conselho de Administração: Marcos Marinho Lutz, Roberto Lucio Cerdeira Filho, Rodrigo de Almeida Pizzinatto, Marina Guimarães Moreira Mascarenhas, Eduardo de Toledo, Julio Cesar de Toledo Piza Neto e Luiz Alves Paes de Barros. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* São Paulo, 14 de abril de 2025. **Denize Sampaio Bicudo** – Secretária da Reunião. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 137.425/25-9 em 24/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Cetenco Engenharia S.A.

CNPJ/MF nº 61.550.497/0001-06 – NIRE 35.300.024.079

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de março de 2025

1. Data, Hora e Local: No dia 26 de março de 2025, às 10:00 horas, na sede social da CETENCO ENGENHARIA S.A., localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Maria Paula, nº 36, 8º andar, bairro Bela Vista, CEP: 01.319-000 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as publicações de editais de convocação, na forma do disposto no parágrafo 4º do artigo 124, da LSA, por estarem presentes à assembleia os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Assumiu a Presidência dos trabalhos o Sr. Domingos Malzoni e convidou o Sr. Marco Antonio Malzoni para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Os acionistas da Companhia, sem quaisquer restrições, emendas, reservas ou ressalvas, deliberaram, por unanimidade de votos, o quanto segue: **4.1.** Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma de sumário, bem como sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130, § 1º da LSA. **4.2.** Aprovar a eleição e reeleição, conforme o caso, para compor o Conselho de Administração da Companhia, com mandato unificado de 2 (dois) anos, a partir dessa data, nos termos do Estatuto Social, permitida a reeleição, os Srs.: **4.2.1. Domingos Malzoni**, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 1.636.397-8 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 003.552.678-53, com domicílio profissional na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Maria Paula, nº 36, 9º andar, conjunto A, bairro Bela Vista, CEP: 01.319-000, eleito para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; **4.2.2. Marco Antonio Malzoni**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 4.113.865 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 006.325.158-21, com domicílio profissional na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Maria Paula, nº 36, 9º andar, conjunto A, bairro Bela Vista, CEP: 01.319-000, eleito para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; **4.2.3. Tauil Selingardi**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 2.054.177-6 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 034.347.708-44, com domicílio profissional na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Maria Paula, nº 36, 9º andar, conjunto A, bairro Bela Vista, CEP: 01.319-000, eleito para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração. **4.3.** O Presidente do Conselho de Administração será eleito pelos membros do Conselho de Administração, em deliberação tomada pela maioria simples dos votos, na primeira reunião do Conselho após a presente data, nos termos do artigo 140, inciso I, da LSA e nos termos do Estatuto Social da Companhia. **4.4.** Os membros do Conselho de Administração ora eleitos tomaram posse de seus cargos mediante assinatura do Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento, lavrado em livro próprio e arquivado na sede da Companhia, nos termos do artigo 149 da LSA, declarando, expressamente, para todos os fins e efeitos legais, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer administração de sociedade e nem foram condenados (ou encontram-se sob efeito de condenação): (i) a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou (iii) por crime contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, as normas de defesa da concorrência, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata, redigida na forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1º, da LSA que, lida e achada conforme, foi assinada por todos. Mesa: Domingos Malzoni – Presidente; Marco Antonio Malzoni – Secretário. Certifico que a presente Ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo, 26 de março de 2025. Mesa: **Domingos Malzoni** – Presidente da Mesa; **Marco Antonio Malzoni** – Secretário da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 136.884/25-8 em 22/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Cetenco Engenharia S.A.

CNPJ/MF nº 61.550.497/0001-06 – NIRE 35.300.024.079

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de março de 2025

1. Data, Hora e Local: No dia 26 de março de 2025, às 12:00 horas, na sede social da CETENCO ENGENHARIA S.A., localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Maria Paula, nº 36, 8º andar, bairro Bela Vista, CEP: 01.319-000 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Convocação dispensada frente à presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração: Domingos Malzoni, Marco Antonio Malzoni e Tauil Selingardi. **3. Mesa:** Assumiu a Presidência dos trabalhos o Sr. Domingos Malzoni e convidou o Marco Antonio Malzoni para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Os Conselheiros da Companhia, sem quaisquer restrições, emendas, reservas ou ressalvas, deliberaram, por unanimidade de votos, o quanto segue: **4.1.** Aprovar a eleição do membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, o Sr. Domingos Malzoni, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia até o término do seu mandato, o qual encerrará em 26 março de 2027. **4.2.** Aprovar a eleição para compor a Diretoria da Companhia, com mandato unificado de 2 (dois) anos, a partir dessa data, nos termos do Estatuto Social, permitida a reeleição, os Srs.: **4.2.1. Renato de Barros Correia Matos**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 5970139 SDS-PE, inscrito no CPF sob nº 054.322.934-39, com domicílio profissional na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Maria Paula, nº 36, 8º andar, bairro Bela Vista, CEP: 01.319-000, eleito para o cargo de Diretor; **4.2.2. Gustavo Amorim de Almeida**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 108975491 IFP/RJ, inscrito no CPF sob nº 023.935.487-77, com domicílio profissional na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Maria Paula, nº 36, 8º andar, bairro Bela Vista, CEP: 01.319-000, eleito para o cargo de Diretor. **4.3.** Os Diretores ora eleitos tomaram posse de seus cargos mediante assinatura do Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento em livro próprio, lavrado em livro próprio e arquivado na sede da Companhia, nos termos do artigo 149 da LSA, declarando, expressamente, para todos os fins e efeitos legais, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer administração de sociedade e nem foram condenados (ou encontram-se sob efeito de condenação): (i) a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou (iii) por crime contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, as normas de defesa da concorrência, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Domingos Malzoni – Presidente; Marco Antonio Malzoni – Secretário. Conselheiros de Administração: Domingos Malzoni, Marco Antonio Malzoni e Tauil Selingardi. Certifico que a presente Ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo, 26 de março de 2025. **Domingos Malzoni** – Presidente da Mesa, Presidente do Conselho de Administração; **Marco Antonio Malzoni** – Secretário da Mesa, Conselheiro de Administração; **Tauil Selingardi** – Conselheiro de Administração. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 135.870/25-2 em 17/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Wish Bossa Nova Empreendimentos S.A.

CNPJ 17.863.504/0001-38 - NIRE 35.300.457.161

Edital De Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas

Serve a presente para convocar os acionistas da **Wish Bossa Nova Empreendimentos S.A**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.863.504/0001-38 ("**Companhia**"), para participarem da **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**, a ser realizada no dia **06 de maio de 2025**, às **15:00**, em primeira convocação, e às **15:30**, em segunda convocação, de forma exclusivamente remota, via videoconferência, conforme procedimento abaixo, a fim de deliberar e votar sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** i) Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar o Relatório Anual da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; ii) Deliberar sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório e parecer emitidos pelo Auditor Independente, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, bem como a destinação dos resultados auferidos no referido período; iii) Deliberar sobre a proposta de orçamento para o exercício social de 2025; e iv) A reeleição dos membros do Conselho de Administração. **Em Assembleia Geral Extraordinária**: i) Aumento de capital social da Companhia, no montante de R$ 5.247.344,20 (cinco milhões, duzentos e quarenta e sete mil, trezentos e quarenta e quatro reais e vinte centavos), mediante a emissão de 283.541.984 (duzentas e oitenta e três milhões, quinhentos e quarenta e uma mil e novecentas e oitenta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão unitário de R$ 0,01850641, nos termos do Artigo 170 da Lei das S.A, a ser integralizado no prazo de até 12 (doze) meses, podendo ser um prazo menor, a ser notificado, pela Companhia aos acionistas, com 30 (trinta) dias de antecedência, conforme necessidade de caixa da Companhia; ii) A ratificação de todos os aumentos de capital social da Companhia realizados até o momento, incluindo as respectivas diluições de participações de acionistas considerados inadimplentes; e iii) Sujeito à aprovação da matéria do item (i) acima, consequente alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia. Ressaltamos que nos termos da cláusula 4.1.4 do Acordo de Acionistas da Companhia, a matéria constante no item (i) acima envolve uma **Matéria Sujeita à Aprovação Qualificada dos Acionistas** (conforme definido no Acordo de Acionistas), sendo necessário votos representativos de, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social votante da Companhia para sua aprovação. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente à distância e transmitida ao vivo na modalidade digital, por meio da plataforma de comunicação *Teams*. Para participar da Assembleia, o acionista deverá observar o procedimento abaixo indicado. O acionista poderá ser representado por outro acionista ou por advogado, mediante outorga de procuração com poderes específicos para votar as matérias constantes da Ordem do Dia, devendo uma cópia da procuração e de documento de identidade do procurador ser apresentada fisicamente ou enviada ao e-mail **juridico.consultivo@hsinvest.com**, com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de início da Assembleia. • **Procedimento Para a Participação e Votação À Distância:** a. Link de acesso à transmissão da Assembleia será enviado oportunamente; b. A participação e a votação do acionista (ou seu procurador) ocorrerão de forma remota, por vídeo, áudio ou mensagens na ferramenta "Chat" disponível na plataforma Teams. c. Recomendamos que o acionista (ou seu procurador) acesse a plataforma Teams antes do horário de início da Assembleia para eventuais ajustes em sua conexão. d. Caberá ao acionista (ou seu procurador) providenciar sua estrutura adequada de internet e equipamentos que suportem transmissão de vídeo e áudio. Recomenda-se o uso de internet banda larga ou similar. e. A Assembleia será gravada para os devidos fins legais. • **Documentos à Disposição dos Acionistas:** Em conformidade com o Artigo 7º, parágrafo único, da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, segue anexo ao presente edital o boletim de voto à distância na forma do **Anexo I**, a fim de viabilizar o voto à distância de V. Sa. Como determina o Artigo 9º da referida Instrução, caso V. Sa. opte por esta alternativa, deverá encaminhar o documento preenchido ao seguinte endereço postal: Avenidade Brigadeiro Faria Lima, 3729, 7º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04538-905, e/ou o endereço eletrônico **juridico.consultivo@hsinvest.com** com, no mínimo, 5 (cinco) dias corridos de antecedência da realização da assembleia. São Paulo/SP, 25 de abril de 2025. **Bruno Sampaio Greve** - Presidente do Conselho de Administração e Diretor da Companhia. **(29, 30/04/2025 e 01/05/2025)**

Fortec S/A Participações e Empreendimentos
CNPJ/MF nº 50.615.301/0001-06 - NIRE 35.300.000.871
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Acionistas da FORTEC S.A. PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS ("Companhia") devidamente convocados a se reunirem em **08 de maio de 2025**, às 11 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Cel. José Rufino Freire, nº 453, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para realização da Assembleia Geral Extraordinária, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Eleição da diretoria da Companhia, para mandato de 3 (três) anos.

Thales Lobo Peçanha - Diretor Presidente

(29, 30/04 e 01/05/2025)

Fercoi S.A.

CNPJ 60.806.460/0001-33 - NIRE 35300064097
Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A administração em exercício da Fercoi S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Henry Ford, 1400, Bairro Mooca, São Paulo/SP (Companhia), em conformidade com os art. 121 e 132 da Lei nº 6.404/76, **convoca** os Srs. acionistas para **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas** a ser realizada presencialmente na sede social, no dia **08 de Maio de 2025**, às 13:00hs (treze horas), em 1ª convocação, na sede da Companhia, a ser instalada com a presença de, no mínimo, 1/4 do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, para tratar da seguinte pauta do dia: (i) apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 e deliberação sobre a destinação do lucro liquido do exercício e a eventual distribuição de lucros e dividendos; e (ii) debates e deliberação sobre eventuais medidas necessárias para otimizar a organização da área de transportes da Companhia; com sugestão da administração de constituição de uma sociedade subsidiária integral (artigo 251 da Lei nº 6404/76). São Paulo, **29 de Abril de 2025**. Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6404/76, necessários à realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Fercoi S.A., já foram enviados aos acionistas e encontram-se disponíveis na sede da Companhia. A diretoria em exercício, **Sandra Fernandes** e **Marta Fernandes Toschi**. **(30/04/2025, 01 e 03/05/2025)**

OWR Participações S.A.

(Em Organização)
Ata de Assembleia Geral de Constituição realizada em 15 de janeiro de 2025

Hora, Data, Local e Presença: Aos 15 (quinze) dias do mês de janeiro de 2025, às 08:00 (oito) horas, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n° 1636, sala 1504, Cerqueira César, CEP 01310-200, reuniram-se em primeira convocação os fundadores da **OWR Participações S.A.** ("Companhia"), subscritores da totalidade das ações emitidas pela Companhia nesta data. Por indicação dos presentes, foi escolhido **Aguimario Alves dos Santos** para presidir os trabalhos. **Ordem do dia:** (i) Constituição da Companhia; (ii) Fixação do capital social da Companhia; (iii) Aprovação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) Eleição dos membros da Diretoria; **Deliberações:** (i) Constituida a mesa, o Sr. Presidente, após verificar a regularidade da instalação da Assembleia, deu início aos trabalhos, comunicando ter em mãos o projeto do Estatuto Social da **OWR Participações S.A.**, já de conhecimento de todos, porém cujo teor foi lido a todos os presentes, o qual integra a presente ata na forma de Anexo I; (ii) De acordo com o Boletim de Subscrição, o qual integra a presente ata na forma de Anexo II, o capital social de R$ 1.000,00 (mil reais), será dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas, da mesma classe e sem valor nominal; (iii) Esclareceu o Sr. Presidente que o valor correspondente a 10% (dez por cento) do capital social subscrito já se encontrava integralizado pelos subscritores, na forma da lei e em moeda corrente nacional. Esclareceu, ainda, conforme art. 81 da Lei Federal nº. 6.404/76, que o depósito referido no inciso III do art. 80 da Lei Federal nº. 6.404/76 será realizado no prazo de 5 (cinco) dias contados da presente data; (iv) Terminada a leitura do projeto do Estatuto Social, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos presentes, sem ressalvas ou oposições, esclarecendo o Sr. Presidente, por consequência, que tendo sido completadas todas as formalidades legais estava definitivamente constituída, para todos os fins de direito, a sociedade por ações, que girará sob a denominação social de **OWR Participações S.A.**; (v) A seguir, por unanimidade dos presentes, elegeram o Diretor da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2028, permitida a reeleição, nos termos do Estatuto Social da Companhia **Aguimario Alves dos Santos**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG sob o n.º 20.040.113-0 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o n.º 086.065.258-04, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n° 1636, sala 1504, Cerqueira César, CEP 01310-200, para ocupar o cargo de Diretor Presidente da Companhia. O membro da Diretoria ora eleito assina neste ato o respectivo Termos de Posse, que integram a presente ata na forma do Anexo III, e que serão lavrados no correspondente Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria da Companhia no prazo de 30 (trinta) dias seguintes contados da realização da presente Assembleia, em conformidade com o disposto no parágrafo 1º do Artigo 149 da Lei nº 6.404/76. Ficou estabelecido que a remuneração da Diretoria será fixada em Assembleia Geral a ser realizada oportunamente na sede social da Companhia. **Declarações:** O Diretor eleito declara, para os devidos fins, nos termos do disposto no art. 147, § 1º da Lei Federal nº. 6.404/76, que não estão incursos em nenhum crime que os impeçam de exercer atividade mercantil, conforme declarações expressas constantes nos Termos de Posse de Diretoria que integram a presente ata na forma de Anexo III. **Encerramento:** Terminada a leitura, nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, como ninguém se manifestou, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da Ata em livro próprio, nos termos do Artigo 130 da Lei Federal nº 6.404/76, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes, a saber: Acionistas Presentes: Identificados na página nº 2 do Livro de Presença de Acionistas. Membro da Diretoria Eleito Presente: **Aguimario Alves dos Santos**. A presente é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio. Mesa: Aguimario Alves dos Santos (Presidente) Visto do advogado: **Pablo Nunes Pal Singh Nain,** OAB/SP nº. 372.320. JUCESP/NIRE nº 3530066257-1 em 17/04/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo

Reserva Novos Parques Urbanos S.A.

CNPJ/MF nº 46.574.244/0001-89

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.791	2.129
Contas a receber	6	1.958	2.633
Impostos a recuperar	–	38	26
Despesas antecipadas	–	373	179
Contas a receber de partes relacionadas	11.1	–	300
Outros ativos	–	338	28
Total do ativo circulante		14.498	5.295
Ativo não circulante			
Imobilizado	–	1.176	1.242
Intangível	7	70.548	68.547
Total do ativo não circulante		71.724	69.789
Total do ativo		86.222	75.084

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante			
Fornecedores	8	1.160	2.507
Empréstimos	9	169	7.104
Obrigações trabalhistas	–	519	116
Obrigações tributárias	10	640	581
Contas a pagar a partes relacionadas	11.2	282	784
Concessão de serviço público	12	171	107
Adiantamento de clientes	13	293	1.030
Receita diferida	14	2.000	2.175
Outras obrigações	15	846	1.226
Total do passivo circulante		6.080	15.630
Passivo não circulante			
Empréstimos	9	45.000	31.504
Receita diferida	14	29.241	30.066
Provisão para demandas judiciais	16	224	–
Total do passivo não circulante		74.465	61.570
Patrimônio líquido			
Capital social	17.1	22.400	19.300
Adiantamento para futuro aumento de capital	17.2	16.930	2.975
Prejuízos acumulados	–	(33.653)	(24.391)
Total do patrimônio líquido		5.677	(2.116)
Total do passivo e patrimônio líquido		86.222	75.084

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Valores expressos em milhares de reais)*

	Notas	Capital Social	Capital Social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**9.000**	**(7.000)**	**–**	**(7.900)**	**(5.900)**
Integralização de capital social	17.1	–	7.000		–	7.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	17.2	–	–	13.275	–	13.275
Aumento de capital	17.1	10.300	–	(10.300)	–	–
Prejuízo do exercício		–	–		(16.491)	(16.491)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**19.300**	**–**	**2.975**	**(24.391)**	**(2.116)**
Adiantamento para futuro aumento de capital	17.2	–	–	17.055	–	17.055
Aumento de capital	17.1	3.100	–	(3.100)	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(9.262)	(9.262)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**22.400**	**–**	**16.930**	**(33.653)**	**5.677**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Valores expressos em milhares de reais)*

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	18	33.060	29.797
Custo dos serviços prestados	19	(30.764)	(34.746)
Resultado bruto		2.296	(4.949)
Despesas operacionais:			
Despesas comerciais, gerais e administrativas	20	(5.648)	(4.508
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(3.352)	(9.457)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	180	275
Despesas financeiras	21	(6.090)	(7.309)
Total		**(5.910)**	**(7.034)**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(9.262)	(16.491)
Imposto de renda e contribuição social	22	–	–
Prejuízo do exercício		(9.262)	(16.491)
Prejuízo por ação – R$	**17.5**	R$ (0,4135)	R$ (0,8545)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Valores expressos em milhares de reais)*

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício		(9.262)	(16.491)
Outros componentes do resultado abrangente		–	–
Total do resultado abrangente do exercício		(9.262)	(16.491)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Valores expressos em milhares de reais)*

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(9.262)	(16.491)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	2.659	2.440
Juros incorridos sobre empréstimo	5.034	7.028
Provisão para demandas judiciais	224	–
Apropriação de cessão de direito de uso estacionamento e espaço físico	(2.000)	(1.725)
	(3.345)	(8.748)
(Aumento)/redução nos ativos:		
Contas a receber	675	879
Impostos a recuperar	(12)	432
Despesas antecipadas	(194)	35
Outros ativos	(310)	156
Contas a receber de partes relacionadas	300	(300)
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	(1.347)	(142)
Obrigações trabalhistas	403	77
Obrigações tributárias	59	(17)
Concessão de serviço público	64	54
Contas a pagar a partes relacionadas	(502)	318
Adiantamento de clientes	(737)	823
Receita diferida	1.000	500
Outras contas a pagar	(380)	307
Caixa líquido proveniente das/(consumido pelas) atividades operacionais	**(4.326)**	**(5.626)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(4.594	(4.876
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de investimentos	(4.594)	(4.876)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Capitação de empréstimos	45.000	–
Pagamento de principal e juros sobre empréstimos	(43.473)	(10.143)
Integralização de capital social	–	7.000
Aumento de capital social	3.100	10.300
Adiantamento para futuro aumento de capital	13.955	2.975
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos	18.582	10.132
(Redução)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa	9.662	(370)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período	2.129	2.499
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício/período	11.791	2.129
(Redução)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa	9.662	(370)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional – A Reserva Novos Parques Urbanos S.A. (RNPU ou Companhia), uma sociedade anônima, de propósito específico, constituída em 27 de maio de 2022, com sede na Avenida Arruda Botelho, 170, São Paulo-SP. A Companhia é controlada diretamente pela Livepark Entretenimento e Participações Ltda., que detinha 100% do capital social. A Companhia tem como objeto social, específica e exclusivamente, a realização das atividades descritas no Edital da concorrência internacional nº 02/2021 (Concorrência), e no contrato de Concessão (Contrato de Concessão) celebrado entre a Companhia e a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Poder Concedente), compreendendo as atividades de administração de parques em geral e outras atividades de recreação não especificadas anteriormente. Em 09 de agosto de 2022, a Companhia assinou contrato de concessão com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), para concessão de atividades de reforma, conservação, operação, manutenção e exploração econômica da área de concessão, correspondente à parcela territorial, realizando os investimentos de acordo com o caderno de encargos do edital da área correspondente das unidades Parque Cândido Portinari e Villa Lobos e Dr. Fernando Costa, relativo ao Parque da Água Branca, pelo período de 30 anos, tendo seu início em 1º de setembro de 2022. O contrato de concessão prevê que a Companhia realize pagamento de outorga fixa e variável, conforme descrito na Nota Explicativa nº 4. A RNPU venceu o leilão com uma oferta de outorga fixa no valor de R62.700 (representando um deságio de 30,562.700 (*representando um deságio de* 30,5 65.509. **1.1. Principais ações para viabilizar a continuidade das operações dos Parques pela iniciativa privada:** Conforme apresentado nas demonstrações contábeis, a Companhia incorreu no prejuízo de R$ 9.682 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Para fazer frente aos compromissos financeiros e investimentos na Companhia, em 29 de janeiro de 2024, foi aprovada o orçamento para o exercício de 2024, em Assembleia Geral, com o compromisso de aporte dos acionistas para garantir o cumprimento dos encargos do contrato de concessão e demais contratos vigentes, no valor mínimo de R15.400mil. Foi aportado o montante de R$ 15.400 *mil. Foi aportado o montante de R%* 17.055 mil para futuro aumento de capital e R$ 3.100 mil integralizados. Ainda, conforme a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de janeiro de 2024, foi deliberado o aumento de capital de R19.300milparaR19.300*milparaR* 22.400 mil, já integralizada. Para fazer frente ao pagamento da Outorga Fixa, a Companhia no segundo semestre de 2024 emitiu R$ 45.000 mil em Notas Comerciais, com fluxo de amortização adequado ao crescimento da operação ao longo dos próximos anos. O modelo de negócio da RNPU possui a exploração de diversas receitas, tais como alimentos e bebidas, aluguéis de bicicletas, estacionamento, aluguel de áreas para eventos, patrocínios, entre outras, dado que nossos parques possuem um volume de visitação de aproximadamente 15 milhões de pessoas por ano. Com a reestruturação da área Comercial, focando nas receitas mais significativas que são as de aluguel de áreas para eventos e patrocínios. Com planejamento e gestão ativa, estamos projetando uma curva de crescimento exponencial ao longo do próximo ano, uma vez que existe inaugurações previstas de abril a novembro de 2025. A inauguração de alguns equipamentos estava inicialmente prevista para 2024, condicionada à aprovação dos órgãos competentes, bem como à conclusão das obras hidráulicas e elétricas no Parque VillaLobos. Com a liberação do CapEx apenas em dezembro de 2024, as inaugurações foram reprogramadas para 2025. Nesse contexto, estão previstas as seguintes aberturas: • **BR Arenas** – Inauguração em dezembro/2025, com receita estimada de R$ 40 mil/mês; • **Orla SP** – Inauguração em julho/2025, com receita estimada de R$ 170 mil/mês; • **Nuestro Secreto** – Inauguração em novembro/2025, com receita estimada de R$ 120 mil/mês; • **Madureira** – Inauguração em junho/2025, com receita estimada de R$ 30 mil/mês. No Parque da Água Branca, os eventos Fazenda Churrascada e Casa Cor estão previstos para o mês de maio/2025, com expectativa de geração de receita mensal de R$ 170 mil. Com essas inaugurações e ativações, estimamos um incremento total de aproximadamente R$ 3,2 milhões na receita ao longo de 2025. Parcialmente, renovamos nossa parceria com eventos estratégicos, que trarão contribuições relevantes para o resultado do ano: • **Taste** – a ser realizado em maio/2025 e com receita estimada de R$ 149 mil; • **NBA** – a ser realizado em junho/2025 e com receita estimada de R$ 350 mil; • **São João** – a ser realizado em junho/2025 e com receita estimada de R$ 200 mil; • **Cirque du Soleil** – evento previsto para 2026, com 20% da receita (R$ 600 mil) a ser recebida em 2025. Essas ações fortalecem significativamente nosso calendário de eventos e contribuem para a consolidação do plano de crescimento projetado para o próximo ano. A GSH nossa parceria de alimentos e bebidas irá inaugurar em maio de 2025 o restaurante "Café La Creme", mais a reforma das instalações existente, aumentando em R$1.000 mil a receita comparada ao ano anterior. Em 2025 foi assinado o aditivo com a Neooh que é referência no mercado de mídia "out of home" para expandir marcas, patrocínio e ativações, onde o mínimo de R7.000milpassaparaR7.000*milpassaparaR* 12.000 mil em 2025. Estamos projetando para inauguração dos eventos Fazenda churrascada e Casa Cor o estacionamento mais amplo (em negociação com a Indigo e Progress Park) para atender a demanda conforme o resumo abaixo da "Operação de estacionamento no Parque da Água Branca": **Luvas (não configuram adiantamento):** Valor total: R$ 2.000. • R$ 1.000 pagos em 2025, em 9 parcelas iguais de abril a dezembro de 2025; • R$ 1.000 pagos em 24 parcelas mensais a partir de janeiro/2026, corrigidas pelo IPCA. **Modelo de Aluguel:** base de cálculo: Receita líquida (deduzidos 16,33% de impostos – lucro presumido)

Faixa	Receita líquida	Percentual de repasse	Observações
A	Até R$ 150	0%	Isento de repasse
B	R$ 151 a R$ 400	65%	Garantia mínima de R$ 70/mês a partir desse patamar
C	Acima de R$ 400	75%	Percentual aplicado apenas à faixa excedente dos R$ 400

Redução de custos: A Companhia adotou medidas estratégicas para reduzir custos e despesas, visando a sustentabilidade financeira e a eficiência operacional, sem comprometer a qualidade dos serviços. Entre as ações implementadas estão a renegociação de contratos, revisão de processos internos, otimização de recursos humanos, redução de custos fixos e corte de despesas não essenciais. Essas iniciativas resultaram em uma significativa redução das despesas operacionais, reforçando o compromisso com a responsabilidade financeira e a gestão orientada a resultados. Essas ações visam fortalecer a sustentabilidade financeira da Companhia e garantir o crescimento das operações dos parques ao longo dos próximos anos. Nesse contexto, a Administração não tem conhecimento de incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto. **2. Apresentação das demonstrações contábeis e políticas contábeis materiais –** A autorização, pela diretoria, para a emissão destas demonstrações contábeis ocorreu em 30 de abril de 2025. **2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação:** As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 2.3. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **2.4. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos descritos na Nota Explicativa nº 21 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **2.5. Continuidade:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto. **3. Políticas contábeis materiais –** As práticas contábeis materiais adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir: **3.1. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do pagamento ou recebimento. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto e médio prazo, para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **3.3. Contas a receber:** As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado e, quando aplicável, reduzido de provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa. **3.4. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os ativos intangíveis compreendem ao valor de concessão da outorga fixa dos parques Villa Lobos, Cândido Portinari e Água Branca, da outorga fixa do direito de uso do estacionamento registrada a valor presente e os direitos de uso de software, sendo registrados ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis constituídos em decorrência do contrato de concessão pública são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e OCPC – 05 Contratos de Concessão. O reconhecimento inicial do ativo intangível é feito pelo custo de aquisição/construção, que contemplam ainda os custos de empréstimos, incluindo os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia, que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e das perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização desses ativos intangíveis é reconhecida com base no prazo de concessão. Quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. **3.5. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e os valores contábeis líquidos excedam o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base no contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Em 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos não financeiros. **3.6. Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no ingresso dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecido na demonstração do resultado ou capitalizado durante a fase de construção, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **3.1.7. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **3.1.8. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias ou cambiais incorridos e dos ajustes a valor presente. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.1.9. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais, quando aplicáveis, são as seguintes: **(i)** ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e **(iii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a constitucionalidade de tributos. **3.1.10. Tributação: Impostos sobre as vendas:** As receitas de serviços e venda de mercadorias estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) – 1,65%; • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – 7,60%; e • Imposto sobre serviços (ISS) – 5%. Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. **Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R$ 240 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. O imposto diferido é reconhecido sobre diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos nas demonstrações contábeis e suas respectivas bases de cálculo (conhecidas como diferenças temporárias). Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que aumentem o lucro tributável no futuro. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que reduzam o lucro tributável no futuro e quaisquer prejuízos fiscais não utilizados ou créditos fiscais não utilizados. Impostos diferidos ativos são mensurados pelo maior valor que, com base no lucro tributável corrente ou futuro estimado, seja mais provável do que improvável que seja recuperado. O valor contábil líquido de impostos diferidos ativos é revisado a cada data de balanço e ajustado para refletir a avaliação atual dos lucros tributáveis futuros. Quaisquer ajustes são reconhecidos em lucros e perdas. O imposto diferido é calculado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas ao lucro tributável (prejuízo fiscal) dos períodos nos quais se espera que o imposto diferido ativo seja realizado ou que o imposto diferido passivo seja liquidado, com base nas alíquotas que tenham sido promulgadas ou substantivamente promulgadas até o final do período do relatório. A Administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Imposto de Renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado. **3.1.11. Provisões:** Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação. **3.1.12. Receita diferida:** Correspondem aos recebimentos efetuados antecipadamente pelo direito de uso e exploração de espaço dos parques, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados. A Companhia celebrou contrato para direito de uso da área do Estacionamento para a empresa PB Administradora de Estacionamentos Ltda. A apropriação da receita é realizada pelo período do contrato. Estão classificados como passivo circulante e quando superior a 12 meses após a data do balanço, estão classificados no passivo não circulante. **3.1.13. Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço e produto. A Companhia, baseada no modelo de cinco etapas da norma: **(i)** identificação de contratos com clientes; **(ii)** identificação de obrigações de desempenho nos contratos; **(iii)** determinar o preço da transação; **(iv)** alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e **(v)** reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida; analisou os contratos e identificou que as obrigações de desempenho satisfazem: O estacionamento da Companhia é operado por uma empresa terceira. As receitas decorrentes dessa operação são reconhecidas de acordo com o percentual de utilização do estacionamento a título de locação de espaço ao final de cada mês. As receitas provenientes de contratos de locação de uso de espaço são reconhecidas no resultado à medida que os prazos dos contratos vão incorrendo com base na vigência e característica dos contratos. **Receita e despesa financeira:** A receita financeira está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados juntamente com o investimento. **3.1.14. Contratos de concessão ICPC 01 (R1):** A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. Quando incorridos, investimentos com a infraestrutura, dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere a Companhia o direito de controle do uso e posse da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura em virtude da prestação de serviços públicos em nome do poder concedente, nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante o prazo determinado. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direita) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, a não ser em revisões extraordinárias do contrato com vistas à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro dele. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo remanescente

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 01/05/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Reserva Novos Parques Urbanos S.A.

do contrato de concessão. **3.1.15. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **(i) Ativos financeiros:** A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto: **(a)** no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto, **(b)** nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: **(i)** o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e **(ii)** os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: **(i)** o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e **(ii)** os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um desenquadramento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios. A Companhia classifica seus ativos financeiros em: I) valor justo por meio do resultado; e II) custo amortizado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Com exceção das aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa, que são mensuradas ao valor justo por meio do resultado, os demais ativos financeiros (contas a receber) são classificados como custo amortizado. **(ii) Passivos financeiros:** Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ("VJR") ou custo amortizado, conforme o caso. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionada. Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos, contas a pagar a fornecedores, partes relacionadas e concessão de serviço público. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. **(iii) Desconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retêm o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.1.16. Novas normas e interpretações novas e revisadas: a) Novas normas e revisões aplicadas:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 12 de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Norma	Descrição	Vigência
IFRS 16/ CPC 06 (R2)	Alterações que acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024.
IAS 1/CPC 26	Alterações que esclarecem aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Além disto, esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em, ou antes, do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024.
IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7	Alterações que esclarecem que a entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024.

A adoção das alterações não teve impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações contábeis da Companhia. **b) Novas normas, revisões e interpretações emitidas que não são obrigatórias ou vigentes em 31 de dezembro de 2024:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma	Descrição	Vigência
CPC 02 (R2) Efeito das mudanças nas taxas de câmbio/IAS 21	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis que exigirão que as empresas apliquem uma abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda.	A partir de 1º de janeiro de 2025
OCPC 10 – Créditos de carbono	Estabelece normas específicas para o reconhecimento mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização.	A partir de 1º de janeiro de 2025
CPC 48 – Instrumentos Financeiros/IFRS Financial instruments 9 e CPC 40 (R1) -Instrumentos Financeiros: Evidenciação/ IFRS 7	O IASB traz esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros relacionados a ESG e desreconhecimento para liquidação dos passivos e ativos financeiros, além de introduzir requisitos de divulgação adicionais em relação a investimentos em instrumentos de patrimônio designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes.	A partir de 1º de janeiro de 2026
IFRS 18 Apresentação e Divulgação em Demonstrações contábeis	Substitui o IAS 1 (CPC 26) e traz mudanças em relação a apresentação de categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado Divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela administração.	A partir de 1º de janeiro de 2027

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais normas emitidas pelo IASB e CPC possam ter em suas demonstrações contábeis, à medida em que os normativos são regulamentados. Exceto pelo IFRS 18 – Apresentação e divulgação em demonstrações contábeis, que resultará em uma alteração completa das demonstrações dos resultados, a Companhia não espera impactos significativos das demais normas nas Demonstrações Contábeis. **4. Contrato de concessão –** O Contrato tem por objetivo a concessão de atividades de realização de investimentos, conservação, operação, manutenção e exploração econômica da área de concessão, de acordo com a parcela territorial, incluindo a elaboração de projetos, a realização de obras e investimentos, a prestação de serviços e a exploração econômica de atividades de educação ambientação, recreação, lazer, esporte, cultura, turismo e com serviços associados. Caberá à Companhia o recebimento de receitas, especialmente em razão da exploração direta ou indireta, nos termos do contrato de concessão, da área da concessão, incluindo, mas sem limitação, as unidades geradoras de caixa, assim como demais bens e direitos a eles relacionados, tais como, mas não a isso se limitando, a direitos de imagens e patrocínios, excluindo-se desse rol, as receitas decorrentes de aplicações no mercado financeiro, valores recebidos de seguros e por indenizações ou penalidades pecuniárias decorrentes de contratos celebrados entre a Companhia e terceiros.. Para tais receitas, deverá a Companhia repassar o valor de 0,5% (Ônus de fiscalização) e 2,5% (outorga variável) ao Poder Concedente, com percentuais revistos a partir 252 mês de concessão, em função de avaliação de indicadores. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, contados da data de assinatura do termo de entrega do bem público. **Bens integrantes da concessão:** Integram a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Companhia, tais como área de concessão, edificações, instalações, máquinas e equipamentos, fauna, flora, dentre outros. Os ativos recebidos correspondem ao direito de exploração em função da outorga fixa paga. **Obrigações e compromissos com o poder concedente:** A Companhia terá como principais obrigações, realização de investimentos, conservação, operação, manutenção e exploração econômica da parcela territorial contida dentro das áreas dos parques Villa lobos, Cândido Portinari e Água Branca, todas delimitadas de acordo com o perímetro descrito e detalhado no anexo I do edital da concorrência internacional nº 02/2021 autorizada pela lei estadual nº 17.293 de 15 de outubro de 2020, incluindo a elaboração de projetos, a realização das obras e investimentos, a prestação de serviços e a exploração econômica de atividades de manejo, educação ambiental, recreação, lazer, cultura, ecoturismo e visitação, com os serviços associados, sempre mantendo as vocações de cada um dos equipamentos, observadas as condições estabelecidas no contrato de concessão, nos anexos do edital e na legislação aplicável. Dentre os encargos previstos no contrato de concessão e seus anexos, conforme previsão contratual, as atividades e usos permitidos, bem como os investimentos mínimos iniciais e os encargos da concessão, estão previstos e detalhados nos Anexos II e III do contrato de concessão, tendo como principais obrigações e compromissos apresentados de forma resumida a seguir: • Executar os investimentos mínimos obrigatórios estabelecidos nos Anexos II e III, assim como eventuais investimentos não obrigatórios e investimentos adicionais; • Utilizar a área da concessão conforme entender adequado, explorando-a com liberdade empresarial e de gestão de suas atividades, desde que tais atividades sejam compatíveis com o uso, os planos diretores dos parques e os seus respectivos estatutos de uso; • Assegurar o acesso livre do Poder Concedente para fiscalização, prestando todas as informações solicitadas; • Manter regularidade das licenças relacionadas à legislação ambiental, urbanística e demais autorizações; • Efetuar o pagamento de outorga fixa, outorga variável e ônus de fiscalização; • Manter, durante o prazo da concessão, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; • Cumprir determinação legais relativas à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho, entre outras; • Manter e conservar todos os bens, equipamentos e instalação da área da concessão em perfeitas condições de funcionamento; • Manter contabilidade e demonstrações contábeis auditadas por auditor independente; • Adotar medidas que impeçam e desestimulem a alimentação inadequada de animais pelos usuários; • Dar destinação ambientalmente adequada para todos os resíduos produzidos e de implantação de gestão; e • Apresentar ao verificador independente os dados e informações necessários à verificação dos indicadores de desempenho.

5. Caixa e equivalentes de caixa	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Caixa e bancos conta movimento	331	261
Aplicações financeiras	11.460	1.868
Total	**11.791**	**2.129**

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por certificados de depósitos bancários, cujo rendimento está atrelado a variação do certificado de depósito interbancário (CDI) e possuem liquidez imediata e taxa média de remuneração em 99,5%. As aplicações podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

6. Contas a receber	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Villa Lobos		
Clientes locação de uso de espaço	1.826	2.104
Patrocínios	–	392
Água Branca		
Clientes locação de uso de espaço	132	137
Total	**1.958**	**2.633**

O saldo de contas a receber, são na sua maioria em função de locação de espaço nas dependências dos parques, os valores são apurados mensalmente e pago no início do mês subsequente por meio de transferência bancária e boleto, reduzindo a possibilidade de inadimplência. Não há títulos vencidos. **7. Intangível –** Composição do ativo intangível líquido:

	% – Taxa anual de depreciação	**Custo**	**Amortização acumulada**	**31/12/2024 Intangível líquido**	**31/12/2023 Intangível líquido**
Outorga fixa dos parques Villa Lobos, Cândido Portinari e Água Branca	3	65.509	(5.095)	60.414	62.597
Juros capitalizados	3	2.037	(159)	1.878	1.946
Softwares	20	127	(60)	67	91
Marcas e patentes	–	14	–	14	14
Melhoria na infraestrutura	3	4.179	(103)	4.076	2.133
Melhoria na infraestrutura em andamento	–	4.099	–	4.099	1.766
Total		**75.965**	**(5.417)**	**70.548**	**68.547**

A movimentação do ativo intangível encontra-se demonstrada a seguir:

	31/12/2023	**Adição**	**Transferência**	**Amortização**	**31/12/2024**
Outorga fixa dos parques Villa Lobos, Cândido Portinari e Água Branca – (a)	62.597	–	–	(2.183)	60.414
Juros capitalizados – (a)	1.946	–	–	(68)	1.878
Softwares – (b)	91	–	–	(24)	67
Marcas e patentes	14	–	–	–	14
Melhoria na infraestrutura	2.133	233	1.813	(103)	4.076
Melhoria na infraestrutura em andamento – (c)	1.766	4.146	(1.813)	–	4.099
Total	**68.547**	**4.379**	**–**	**(2.378)**	**70.548**

	31/12/2022	**Adição**	**Transferência (d)**	**Amortização**	**31/12/2023**
Outorga fixa dos parques Villa Lobos, Cândido Portinari e Água Branca – (a)	64.781	–	–	(2.184)	62.597
Juros capitalizados – (a)	2.014	–	–	(68)	1.946
Softwares – (b)	107	9	–	(25)	91
Marcas e patentes	–	14	–	–	14
Melhoria na infraestrutura	–	–	2.133	–	2.133
Melhoria na infraestrutura em andamento – (c)	–	1.507	259	–	1.766
Total	**66.902**	**1.530**	**2.392**	**(2.277)**	**68.547**

(a) Direito de outorga fixa dos parques Villa Lobos, Cândido Portinari e Água Branca: Como condição para assinatura do contrato, a Companhia realizou o pagamento de R$ 65.509 a títulos de outorga fixa, conforme cláusula décima segunda do contrato de concessão. A amortização será realizada linearmente, de acordo com o contrato de concessão que é de 30 anos, contados a partir da data de assinatura do Termo de Entrega do Bem Público. As despesas financeiras provenientes da atualização da dívida, no montante de R$ 2.037, foram capitalizadas. A parcela capitalizada foi calculada de maneira proporcional ao início da operação da concessão e serão amortizadas pelo prazo da concessão. Mais detalhes sobre a outorga fixa estão descritos na Nota Explicativa nº 4. **(b) Softwares:** Os valores representados como softwares, referem-se à implantação de software ERP Totvs Protheus. A amortização do software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos. **(c) Melhoria na infraestrutura em andamento:** Os itens classificados na rubrica referem-se aos projetos de melhoria de infraestrutura previstos no edital de concessão, conhecidos como "encargos de edital" que farão parte do ativo intangível e que serão executados até o quinto ano de concessão. Sua amortização será realizada de acordo com o prazo remanescente do contrato de concessão e só serão amortizadas conforme forem sendo concluídos cada projeto.

Previsão de entrega dos projetos de melhoria na infraestrutura

Nome da obra	**Previsão de entrega**	**Valor**
Projeto Villa Lobos – Adequação Cabine Primaria	30/11/2024	284
Projeto Villa Lobos – Câmeras e CCO	31/01/2024	1.002
Projeto Água Branca – Câmeras e CCO	31/01/2024	543
Projeto Villa Lobos – Projeto Area Aberta 12	60 meses	215
Projeto Villa Lobos – Projeto Infra/Hidráulica e Esgoto	48 meses	65
Projeto Água Branca – Melhorias Edificações Pinturas e Conservações	36 meses	1.479
Projeto Villa Lobos – Prédio 32 Espaço Vida	60 meses	367
Projeto Água Branca – Area 88 Espaço Piquenique	60 meses	19
Projeto Villa Lobos – SPDA	60 meses	9
Projeto Água Branca – Prédio 93 e 94 – Feira Orgânica	72 meses	43
Projeto Água Branca – Prédio 65 – Espaço Zootécnico	72 meses	7
Projeto Água Branca – Mobiliário Urbano	72 meses	47
Projeto Água Branca – Prédio 12 – Academia e Praça de Alimentação	72 meses	3
Projeto Água Branca – Prédio 61 – Instituto de Pesca	48 meses	1
Projeto Água Branca – Prédio 62 – Casa da APP 48	48 meses	1
Projeto Água Branca – Prédio 58 – CARP/MANUT/BA	72 meses	1
Projeto Água Branca – Prédio 59 – Quarent Inst Pesca	72 meses	1
Projeto Água Branca – Prédio 80 – Restaurante FUSSP	72 meses	8
Projeto Villa Lobos – Área Aberta 24 – Area Central	72 meses	4
Total		**4.099**

(d) Transferência entre ativo imobilizado e ativo intangível: Refere-se a transferência do ativo imobilizado para o ativo intangível decorrente de aquisições de materiais e serviços tomados vinculados com as melhorias de infraestrutura da concessão.

8. Fornecedores	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Fornecedor de serviços	975	2.299
Fornecedor de imobilizado	–	56
Fornecedor de insumos	185	51
Demais fornecedores	–	101
Total	**1.160**	**2.507**

O saldo de fornecedores é composto principalmente por obrigações com fornecedores de serviços para a operação (segurança, vigilância, paisagismo, limpeza, etc.), desenvolvimento de branding, honorários advocatícios e gastos para atendimento das obrigações iniciais do edital de concessão. **9. Empréstimos**

Instituição Financeira	**Modalidade**	**Taxa média**	**Vencimento final**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Banco ABC Brasil S.A.	1ª Nota Comercial	CDI + 3,95% a.a.	22/09/2027	–	38.608
Banco ABC Brasil S.A.	2ª Nota Comercial	CDI + 3,40% a.a.	21/12/2026	45.169	–
Total				**45.169**	**38.608**
Circulante				169	7.104
Não circulante				45.000	31.504
Total				**45.169**	**38.608**

Comentários sobre as principais modalidades em 31 de dezembro de 2024: Os recursos captados junto ao Banco ABC foram para pagamento de parte da outorga fixa e para otimização do fluxo de caixa da Companhia, com foco principal em novos investimentos de infraestrutura que, por sua vez, visam incrementar a receita. Em 29 de setembro de 2022, a Companhia captou crédito através da 1a nota comercial escritural no valor de R$ 10.000, com taxa de juros correspondente a 100% da variação diária do CDI, acrescida de spread de 3,95% ao ano. Em 23 de dezembro de 2024, o referido contrato foi quitado. Em 20 de dezembro de 2024, a Companhia captou crédito através da 2a nota comercial escritural no valor de R$ 15.000, com taxa de juros correspondente a 100% da variação diária do CDI, acrescida de spread de 3,40% ao ano. Parte do valor foi utilizado para quitação da 1a nota comercial e o restante será direcionado para otimização do fluxo de caixa da Companhia. A Nota Escritural nº 2 terá prazo de 731 dias contados da data de emissão, parcelada em 16 vezes, com vencimento da última parcela em 21 de dezembro de 2026. Carência: o contrato possui carência dos juros de 9 meses, sendo o pagamento da 1a parcela dos juros em 22 de setembro de 2025. A carência para pagamento do valor principal será de 19 meses, sendo o pagamento da primeira parcela em 21 de julho de 2026, dividida em 6 vezes, conforme previsto no termo de emissão da segunda emissão de notas comerciais.

9.1. Movimentação dos empréstimos: Movimentação dos empréstimos

Descrição	**Valor**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**41.723**
Pagamento de principal	(1.500)
Pagamento de juros	(8.643)
Juros apropriados (resultado)	7.028
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**38.608**
Captação	45.000
Pagamento de principal	(38.442)
Pagamento de juros	(5.031)
Juros apropriados (resultado)	5.034
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**45.169**

9.2. Fluxo da parcela de pagamento do passivo não circulante: O fluxo de pagamento da parcela do passivo não circulante encontra-se demonstrado a seguir:

Ano	**Valor**
2026	45.000
Total	**45.000**

Cláusulas de restrição covenants: Os saldos de Empréstimos possuem cláusulas restritivas para cumprimento de determinadas condições de natureza operacional e de gestão, a fim de que não ocorra o seu vencimento antecipado, conforme previsto no termo de emissão da segunda emissão das notas comerciais. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia está adimplente com os respectivos compromissos. **Garantias:** As notas comerciais possuem garantia real e garantia fidejussória de direitos creditórios. Conforme instrumento particular de cessão fiduciária de direitos de crédito, a Companhia constituirá cessão fiduciária, se obrigando a (i) ceder fiduciariamente em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, ao Banco ABC Brasil S.A. todos os direitos cedidos, na sua totalidade, ou seja, 100% (cem por cento) dos recursos, rendimentos, direitos e créditos, principais e acessórios, atuais e futuros, da Companhia, emergentes das contas correntes: Conta Vinculada e Conta Reserva e a totalidade dos direitos creditórios de titularidade da Companhia decorrentes de investimentos em títulos que sejam realizados com os recursos depositados ou que venham a ser depositados na Conta Vinculada e na Conta Reserva; e (ii) vincular as receitas vinculadas na forma estabelecida no contrato para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento da totalidade das obrigações principais e acessórias assumidas pela Companhia no instrumento de dívida.

10. Obrigações tributárias	**31/12/2024**	**31/12/2023**
CSRF retida de terceiros	198	176
INSS a retido de terceiros	139	178
ISS retido de terceiros	136	87
COFINS a recolher	114	97
IRRF retido a recolher	28	22
PIS a recolher	25	21
Total	**640**	**581**

11. Partes relacionadas – São realizadas transações entre partes relacionadas de acordo com características próprias acordadas entre as partes, as quais podem ser diferentes das condições usuais de mercado. Apresentamos seus valores a seguir: **11.1. Contas a receber de partes relacionadas**

Ativo	**Natureza da operação**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Reserva Paulista Administradora de Parques	Prestação de serviços de marketing e divulgações	–	300
Total		**–**	**300**

Em 07 de dezembro de 2022, a Companhia firmou um contrato de prestação de serviços com a Editora Globo para realização de um evento denominado como "SP Gastronomia" que aconteceria entre 29 de junho a 02 de julho de 2023, no montante de R$ 800 mil. Em 29 de maio de 2023, a Editora Globo liquidou parte da dívida por meio de um pagamento de R$ 200 mil. Ficou estabelecido que o restante do valor seria quitado através de ações de marketing e divulgações em benefício da Reserva Paulista, totalizando R$ 600 mil. Com essa transação, a Reserva Paulista comprometeu-se a reembolsar a Companhia pelo saldo remanescente a ser recebido pela Rádio Globo. Em 10 de novembro de 2023, a Reserva Paulista liquidou parte do saldo a ser reembolsado, através de um pagamento de R$ 300 mil. Em 30 de janeiro de 2024, a Reserva Paulista liquidou o saldo em aberto, através de um pagamento de R$ 300 mil. **11.1.1. Movimentação do contas a pagar a partes relacionadas**

Descrição	**Natureza da operação**	**R$**
Contrato Rádio Globo	Prestação de serviços	800
(-) Recebimento Rádio Globo	Prestação de serviços	(200)
(-) Recebimento Reserva Paulista	Permuta Rádio Globo	(300)
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2023		300
(-) Recebimento Reserva Paulista	Permuta Rádio Globo	(300)
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2024		**–**

11.2. Contas a pagar a partes relacionadas:

Passivo	**Natureza da operação**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Reserva Paulista Administradora de Parques – **(a)**	Reembolso serviços compartilhados	–	392
Livepark Entretenimento e Participações Ltda.	Prestação de serviços de consultoria	–	36
ERA Técnica Engenharia Construções e Serviços Ltda. – **(b)**	Prestação de serviços de jardinagem	282	356
Total		**282**	**784**

(a) As despesas administrativas compartilhadas são entre a Companhia e a Reserva Paulista Administradora de Parques. A Reserva Paulista concentra a estrutura administrativa para fazer a gestão das operações das respectivas Companhias. Ao final de cada mês é feito o rateio das despesas administrativas. O critério de rateio dos gastos de pessoal é calculado em função do tempo dedicado à realização das atividades da Companhia, apurado individualmente para cada um dos funcionários que exercem atividades para as duas empresas. Outros gastos como o serviço de hospedagem do ERP Totvs, por exemplo, são rateados na proporção de 50% para cada empresa, conforme definido em contrato. (b) A empresa ERA Técnica Engenharia Construções e Serviços Ltda. possui contrato de prestação de serviço de manutenção e conservação com a Companhia, nos Parques Dr. Fernando Costa – Água Branca, Villa-Lobos e Cândido Portinari. O valor mensal atualizado da prestação de serviços é de R$ 241 mil, a ser pago para Era Técnica pela prestação dos serviços nos Parques Villa-Lobos e Cândido Portinari. Para o Parque Dr. Fernando Costa – Água Branca, o valor mensal atualizado da prestação de serviços é de R$ 95 mil a ser pago para Era Técnica pela prestação dos serviços.

11.2.1. Movimentação do contas a pagar a partes relacionadas

Descrição	**Natureza da operação**	**R$**
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2022		**466**
Emissão de notas fiscais	Prestação de serviços	4.218
Provisões de notas fiscais	Prestação de serviços	36
(-) Pagamento de notas fiscais	Prestação de serviços	(3.862)
Emissão de notas de débitos	Reembolso serviços compartilhados	2.657
(-) Pagamentos das notas de débitos	Reembolso serviços compartilhados	(2.731)
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2023		**784**
Emissão de notas fiscais	Prestação de serviços	4.074
Provisões de notas fiscais	Prestação de serviços	314
(-) Reversão de provisões de notas fiscais	Prestação de serviços	(350)
(-) Pagamento de notas fiscais	Prestação de serviços	(4.148)
Emissão de notas de débitos	Reembolso serviços compartilhados	1.050
(-) Pagamentos das notas de débitos	Reembolso serviços compartilhados	(1.442)
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2024		**282**

11.3. Transações com partes relacionadas na demonstração do resultado

Descrição	**Natureza da operação**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Reserva Paulista Administradora de Parques	Reembolso serviços compartilhados	1.050	2.657
Livepark entretenimento e participações Ltda.	Serviços de assessoria	(36)	414
ERA Técnica Engenharia Construções e Serviços Ltda. **(a)**	Serviços de jardinagem	4.074	3.840
Total		**5.088**	**6.911**

(a) Empresa faz parte do grupo econômico da acionista Geratee Participações Ltda.

11.4. Remuneração da administração: A remuneração da Administração, que compreende a benefícios de curto prazo, totalizou em 31 de dezembro de 2024 o montante de R$917 (R$963 em 31 de dezembro de 2023).

12. Concessão de serviço público

Descrição	**Percentual**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Outorga variável	3,0% (mensal)	144	89
Ônus de fiscalização	0,5% (mensal)	27	18
Total		**171**	**107**

Outorga variável e ônus de fiscalização: Pela assinatura do contrato de concessão, a Companhia se obriga a pagar ao poder concedente 2,5% sobre cada receita auferida a

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 01/05/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Reserva Novos Parques Urbanos S.A.

título de Outorga Variável. Além da outorga variável, a Companhia se obriga a pagar 0,50% sobre todas as receitas auferidas a título de Ônus de Fiscalização, ambos repasses terão a durabilidade do tempo de concessão. Os repasses são efetuados através de uma conta centralizadora e direcionados para Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), conforme mencionado na Nota Explicativa nº.4. Em 1º de dezembro de 2024, houve o aumento do percentual do valor pago ao poder concedente passando de 2,5% para 3,0% sobre a receita auferida a título de Outorga Variável. Este aumento está diretamente relacionado à mudança de fiscalização e ao novo entendimento quanto à conservação das edificações. Durante o processo de verificação, foi identificado que alguns itens, que ainda estão dentro do prazo estabelecido para requalificação, apresentaram ausência de manutenção. Inicialmente, a fiscalização da conservação e requalificação das edificações estava pautada em um entendimento anterior, o qual não considerava como falhas itens que ainda possuíam prazos de requalificação em vigor. No entanto, uma nova análise por parte dos responsáveis pela fiscalização, acompanhada por uma interpretação distinta sobre as exigências contratuais e os padrões de manutenção, levou à atribuição de uma "ausência de manutenção" para esses elementos, mesmo quando estes ainda estavam dentro do período de requalificação acordado. Essa mudança de entendimento gerou a necessidade do aumento da outorga variável, como forma de refletir a necessidade de adequação e correção dos pontos identificados. Diante deste novo entendimento, a Companhia adequou os processos relacionados à manutenção preventiva e corretiva, tendo em vista a nova abordagem da fiscalização, que exige a antecipação de algumas ações que inicialmente estavam previstas para um prazo posterior. Dessa forma, o ajuste da outorga variável deve ser reduzido no próximo exercício diante destes novos ajustes.

12.1. Movimentação da concessão de serviço público

Descrição	Saldo inicial	Adição	Pagamento	Reclassificação	Saldo em 31/12/2024
Outorga variável	89	932	(846)	(31)	**144**
Ônus de fiscalização	18	181	(203)	31	**27**
Total	**107**	**1.113**	**(1.049)**	**–**	**171**

Descrição	Saldo inicial	Adição	Pagamento	Reclassificação	Saldo em 31/12/2023
Outorga variável	44	876	(793)	(38)	**89**
Ônus de fiscalização	9	164	(193)	38	**18**
Total	**53**	**1.040**	**(986)**	**–**	**107**

13. Adiantamento de clientes	31/12/2024	31/12/2023
Villa Lobos		
Adiantamento de receitas de eventos	293	1.030
Total	**293**	**1.030**

14. Receita diferida

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Cessão de direito de uso estacionamento **(a)**	30.066	31.766
Cessão de direito de uso de espaço **(b)**	1.175	475
Total	**31.241**	**32.241**
Circulante	2.000	2.175
Não circulante	29.241	30.066
Total	**31.241**	**32.241**

(a) Adiantamento para cessão de direito de uso do estacionamento do Parque Villa Lobos e Cândido Portinari: Em setembro de 2022, a Companhia arrendou o espaço do estacionamento do Parque Villa Lobos e Cândido Portinari para a empresa PB Administradora de Estacionamentos Ltda. O contrato tem vigência de 20 anos. A receita do contrato de cessão do estacionamento foi totalmente antecipada no valor de R$ 34.000, e deverá ser apropriada ao resultado pelo tempo de vigência do contrato. Além do pagamento da cessão de direito de uso descrita acima, a PB Administradora pagará mensalmente a título de repasse de cessão de área, durante todo o tempo do contrato e qualquer possível prorrogação, o valor correspondente a um percentual do resultado líquido médio, conhecido como (Rol Médio), calculado conforme a apuração do Rol mensal dos últimos seis meses de operação. Os repasses são separados em duas faixas, a primeira prevê que, caso o resultado da apuração do Rol seja inferior ou igual a R$ 425, a PB Administradora não precisará repassar nenhum valor para a Companhia. A segunda faixa prevê que, caso o resultado de apuração do Rol seja superior a R$ 425, a PB Administradora fará o repasse de 95% do valor excedente para a Companhia. **(b) Adiantamento para cessão de direito de uso de espaço físico do Parque Villa Lobos:** Em 22 de dezembro de 2023, a Companhia assinou com a empresa Bikego Locação e Manutenção de bicicletas Ltda, o terceiro termo aditivo ao contrato de arrendamento de exploração do espaço físico do Parque Villa Lobos, para locação de bicicletas, triciclos, Hond Bike, bike pet e demais equipamentos esportivos relacionados ao ciclismo. Ficou estabelecido que além do pagamento de locação mensal, a empresa Bikego deve efetuar o pagamento de R$1.500 mil a título de cessão de direito de uso de espaço (CDU), em três parcelas fixas de R$ 500 mil. No encerramento das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024, todas as parcelas tinham sido recebidas. O contrato tem vigência de 60 meses, que passa a contar a partir de 1º de dezembro de 2023. A receita com a cessão de direito de uso de espaço deverá ser apropriada ao resultado pelo tempo de vigência do contrato. **14.1. Movimentação da receita diferida:** A movimentação da receita diferida encontra-se demonstrada a seguir:

Descrição	Saldo inicial	Recebimento	Apropriação para resultado	Saldo em 31/12/2024
Cessão de direito de uso estacionamento **(a)**	**31.766**	–	(1.700)	**30.066**
Cessão de direito de uso de espaço **(b)**	**475**	1.000	(300)	**1.175**
Total	**32.241**	**1.000**	**(2.000)**	**31.241**

Descrição	Saldo inicial	Recebimento	Apropriação para resultado	Saldo em 31/12/2023
Cessão de direito de uso estacionamento **(a)**	**33.466**	–	(1.700)	**31.766**
Cessão de direito de uso de espaço **(b)**	**–**	500	(25)	**475**
Total	**33.466**	**500**	**(1.725)**	**32.241**

a) Reconhecimento da receita da cessão de direito de uso do Estacionamento do Parque Villa Lobos e Cândido Portinari: A receita do contrato de cessão de direito de uso está sendo reconhecida conforme o tempo de contrato, sendo apropriadas R$ 142 por mês durante o período de 240 meses, na rubrica de receita de cessão de direito de uso estacionamento. Em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido o montante de R$ 1.700 na rubrica de receita de cessão de direito de uso, sendo que ela começou a ser apropriada a partir da segunda quinzena de setembro de 2022. **b) Reconhecimento da receita da cessão de direito de uso de espaço físico do Parque Villa Lobos:** A receita do contrato de cessão de direito de uso de espaço está sendo reconhecida conforme o tempo de contrato, sendo apropriadas R$ 25 mil por mês durante o período dos 60 meses, na rubrica de receita de cessão de direito de uso de espaço. Em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido o montante de R$ 300 mil na rubrica de receita de cessão de direito de uso de espaço, sendo que ela começou a ser apropriada a partir de dezembro de 2023.

15. Outras obrigações	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de serviços tomados	450	35
Água e esgoto a pagar	260	461
Seguros a pagar	136	41
Outras contas a pagar	–	689
Total	**846**	**1.226**

16. Provisão para demandas judiciais – A Companhia é parte em ações judiciais decorrentes do curso normal das operações e que se referem substancialmente às questões de natureza trabalhista e cível. Os passivos contingentes são reconhecidos quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão considerada suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, no montante de R$ 224.

	31/12/2024	31/12/2023
Processos cíveis	52	–
Processos trabalhistas	172	–
Total	**224**	**–**

A Companhia é parte em um processo cível em que é discutido o pedido de indenização por danos morais e indenização no montante de R$ 52, e, parte em outro processo trabalhista onde é discutida uma ação trabalhista no montante de R$ 172. A provisão para demandas judiciais apresentou a seguinte movimentação:

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Provisões	Reversão	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Processos cíveis	–	105	(53)	–	52
Processos trabalhistas	–	565	(393)	–	172
Total	**–**	**670**	**(446)**	**–**	**224**

Processos judiciais não provisionados: Em 31 de dezembro de 2024, o passivo contingente, estimado para o processo judicial cuja probabilidade de perda é considerada possível, é apresentado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Processo cível	85	113
Processo trabalhista	268	766
Total	**353**	**879**

A Companhia é parte em processos cíveis em que é discutido o pedido de indenização por danos morais e indenização no montante de R$ 85 e de processos trabalhistas no total de R$ 268. De acordo com a legislação vigente, as declarações de imposto de renda entregues estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão por períodos variados. No entanto, na opinião da Administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2024, não existindo processos significativos conhecidos contra a Companhia. Contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas no momento, mas a avaliação da Companhia é que não existam passivos adicionais que devessem ser considerados em suas demonstrações contábeis. **17. Patrimônio líquido (Passivo a descoberto) – 17.1. Capital social subscrito e integralizado:** Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é de R$22.400, representado por 22.400.000 de ações de valor nominal R$ 100 (um real) cada, composto da seguinte forma:

Acionistas	Ações	Valor	(%)
Livepark Entretenimento e Participações Ltda.	9.408.000	9.408	42
Oceanic Atrativos Turísticos S/A	7.392.000	7.392	33
Turita Participações Ltda.	2.351.500	2.352	10,5
Egypt Engenharia e Participações Ltda.	1.344.000	1.344	6
Geratec Participações Ltda.	1.344.000	1.344	6
Pavienge Terraplanagem e Pavimentação Ltda.	560.500	560	2,5
Total	**22.400.000**	**22.400**	**100**

Alteração de controle societário: Em 08 de agosto de 2024, a Companhia recebeu a anuência do órgão regulamentador Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo – Arsesp, para a alteração do controle societário da Companhia, de acordo com o processo registrado sob o nº 133.00001786/2024-25, em que a sócia Livepark Entretenimento e Participações Ltda. passará a deter o total controle e 100% do capital e quotas da Companhia. **Integralização de capital:** Em 29 de janeiro de 2024, conforme ata de assembleia geral extraordinária, foi deliberado o aumento de capital da Companhia de R$ 19.300 para R$ 22.400, portanto um aumento de R$ 3.100, representando 3.100.000 ações ordinárias nominativas, que foi integralizado por meio de um adiantamento para futuro aumento de capital. **17.2. Adiantamento para futuro aumento de capital:** No decorrer do exercício de 2024, os sócios efetuaram adiantamentos para futuro aumento de capital, no montante de R$ 17.055 e, posteriormente, o montante de R$ 3.100 foi convertido em aumento de capital social durante o exercício de 2024 (incluindo a utilização do saldo de adiantamento para futuro aumento de capital do exercício de 2023), restando o montante de R$ 16.930, que será integralizado durante o exercício de 2024 e está sendo apresentado a seguir:

Sócio	Data adiantamento	Total aportes	Saldo em 31/12/2024
Livepark Entretenimento e Participações Ltda.	04/03/2024	1.008	1.008
Livepark Entretenimento e Participações Ltda.	11/03/2024	840	840
Livepark Entretenimento e Participações Ltda.	11/04/2024	1.500	1.500
Livepark Entretenimento e Participações Ltda.	04/06/2024	300	300
Livepark Entretenimento e Participações Ltda.	21/06/2024	1.000	1.000
Livepark Entretenimento e Participações Ltda.	04/07/2024	560	560
Livepark Entretenimento e Participações Ltda.	18/07/2024	850	850
Livepark Entretenimento e Participações Ltda.	21/08/2024	895	895
Livepark Entretenimento e Participações Ltda.	10/09/2024	577	577
Livepark Entretenimento e Participações Ltda.	24/10/2024	1.232	1.232
Livepark Entretenimento e Participações Ltda.	05/11/2024	500	500
Livepark Entretenimento e Participações Ltda.	14/11/2024	733	733
Livepark Entretenimento e Participações Ltda.	21/11/2024	1.080	1.080
Livepark Entretenimento e Participações Ltda.	21/11/2024	147	147
Livepark Entretenimento e Participações Ltda.	20/12/2024	805	805
Livepark Entretenimento e Participações Ltda.	23/12/2024	1752	1752
Livepark Entretenimento e Participações Ltda.	26/12/2024	699	699
Oceanic Atrativos Turísticos S/A	20/02/2024	792	792
Oceanic Atrativos Turísticos S/A	11/03/2024	660	660
Turita Participações Ltda.	14/02/2024	252	152
Turita Participações Ltda.	11/03/2024	210	210
Egypt Engenharia e Participações Ltda.	19/02/2024	144	144
Egypt Engenharia e Participações Ltda.	12/03/2024	120	120
Pavienge Terraplanagem e Pavimentação Ltda.	03/01/2024	25	–
Pavienge Terraplanagem e Pavimentação Ltda.	19/02/2024	60	60
Pavienge Terraplanagem e Pavimentação Ltda.	12/03/2024	50	50
Geratec Participações Ltda.	19/02/2024	144	144
Geratec Participações Ltda.	12/03/2024	120	120
Total Geral		**17.055**	**16.930**

17.3. Reserva legal: Será constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não constituiu reserva legal. **17.4. Distribuição de dividendos:** Em 31 de dezembro de 2024, não houve a distribuição de lucros em função do resultado. **17.5. Resultado por ação da Companhia:** O prejuízo básico por ação da Companhia é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas, pela quantidade média ponderada de ações.

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo líquido atribuível aos acionistas	(9.262)	(16.491)
Média ponderada da quantidade de ações do exercício	22.100	19.300
Prejuízo básico por ação da Companhia – R$	**(0,4435)**	**(0,8545)**

18. Receita operacional líquida	31/12/2024	31/12/2023
Receita Parque Villa Lobos		
Locação de uso de espaço	26.269	22.212
Cessão de direito de uso estacionamento – **(a)**	4.359	5.072
Cessão de direito de uso de espaço – (b)	300	25
Receita de patrocínios	2.601	1.867
Subtotal	**33.529**	**29.176**
Receita Parque da Água Branca		
Locação de uso de espaço	1.943	2.668
Locação do estacionamento	502	630
Receita de patrocínios	452	360
Subtotal	**2.897**	**3.658**
(-) Impostos sobre as receitas	(3.366)	(3.037)
Subtotal	**(3.366)**	**(3.037)**
Total	**33.060**	**29.797**

(a) No período de janeiro a dezembro de 2024 foi realizado o registro do Rol médio no montante de R$ 2.659, no qual o montante de R$ 2.256 tinha sido recebido e o valor de R$ 403 estava registrado no contas a receber da Companhia (no exercício de 2023 foi registrado o montante de R$ 3.372 do Rol médio); (b) Refere-se ao reconhecimento da receita com a cessão de uso de espaço da Bikego, conforme letra (b) da Nota Explicativa 14.1.

19. Custo dos serviços prestados	31/12/2024	31/12/2023
Custo com serviços prestados por terceiros	(17.400)	(21.982)
Custos com pessoal	(4.411)	(2.246)
Energia elétrica e água e esgoto	(2.840)	(4.713)
Amortização de outorga onerosa	(2.252)	(2.252)
Custos de Insumos	(1.377)	(1.469)
Repasse de outorga variável e ônus de fiscalização	(1.113)	(1.033)
Outros custos	(1.371)	(1.051)
Total	**(30.764)**	**(34.746)**

20. Despesas comerciais, gerais e administrativas	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com serviços prestados por terceiros	(3.638)	(2.689)
Despesas com pessoal	(1.100)	(1.217)
Energia elétrica e água e esgoto	(259)	–
Provisão para demandas judiciais	(224)	–
Despesas com seguros	(114)	(174)
Despesas com Internet	(113)	(33)
Despesas gerais e administrativas	(127)	(102)
Despesas comerciais	(73)	(293)
Total	**(5.648)**	**(4.508)**

21. Resultado financeiro		
Receitas financeiras	31/12/2024	31/12/2023
Rendimento de aplicações financeiras	118	152
Outras receitas financeiras	62	123
Total	**180**	**275**
Despesas financeiras	31/12/2024	31/12/2023
Juros sobre empréstimos	(5.129)	(7.149)
Despesas bancárias – (a)	(860)	(139)
Outras despesas financeiras	(101)	(21)
Total	**(6.090)**	**(7.309)**
Resultado financeiro líquido	**(5.910)**	**(7.034)**

(a) Na linha de despesas bancárias consta o montante de R$ 760 referente às comissões pagas para estruturação e captação da nota comercial de nº 2. **22. Imposto de renda e contribuição social –** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem aos impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. Os encargos de imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. O imposto de renda está calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável/ajustado, acrescida do adicional de 10%, sendo feitas as devidas deduções permitidas pelo regulamento do imposto de renda. A contribuição social sobre o lucro está calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(9.262)**	**(16.491)**
(+) Adições **(i)**	450	1.001
(-) Exclusões **(i)**	–	–
Base de cálculo	**(8.812)**	**(15.490)**
Alíquota de IRPJ – 15%	–	–
Alíquota adicional de IRPJ – 10%	–	–
Alíquota CSLL – 9%	–	–
Total do imposto de renda e contribuição social	**–**	**–**

(i) As adições referem-se a provisões de contas a pagar com fornecedores, com concessionária de energia elétrica e água e esgoto. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não realizou o registro do imposto de renda e da contribuição social sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Tal fato deve-se devido à Administração da Companhia entender que, devido ao estágio atual da Companhia e em função da posição conservadora em relação às projeções de resultado futura, contudo, o reconhecimento será avaliado nos próximos períodos. **23. Instrumentos financeiros e gestão de riscos –** Os instrumentos financeiros da Companhia estão registrados em contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nas datas dos balanços. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em contrapartida àquelas vigentes no mercado. As estratégias de gerenciamento de riscos da Companhia e os respectivos efeitos nas demonstrações contábeis podem ser resumidos como segue: **Risco de crédito:** Advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito. **Riscos de liquidez:** É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descompasso de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de curto prazo. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Considerando que parte substancial dos empréstimos da Companhia está atrelada a taxas pré-fixadas, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo. **Operações com instrumentos derivativos:** A Companhia não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2024 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos. **Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (RI), a Companhia apresenta a seguir a análise de sensibilidade de suas posições de risco apuradas em 31 de dezembro de 2024. Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros da Companhia relacionados a riscos relevantes são representados por aplicações financeiras e empréstimos, os quais estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, ou pelo valor justo quando aplicável, em 31 de dezembro de 2024. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **a) Ativos financeiros:** Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, o CDI médio é de 12,15% para o período de doze meses, foi definido como cenário provável (cenário I). A partir deste, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III). Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. À data-base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2024, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário:

	Nota	Posição em 31/12/2024	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	5	11.460	Redução do CDI	12 ,15%	9,11%	6,07%
Receita financeira estimada				**1.392**	**1.044**	**696**

b) Passivos financeiros: Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador sobre as dívidas as quais a Companhia está exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores do CDI vigente nesta data, foi definido o cenário provável (cenário I) para o ano de 2024 e a partir deste foi calculada variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III). Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2024. À data-base utilizada para os empréstimos foi de 31 de dezembro de 2024, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade deles em cada cenário.

	Nota	Posição em 31/12/2024	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Empréstimos	9	45.169	Aumento CDI	12,15%	15,19%	18,23%
Despesa Financeira estimada				**5.488**	**6.861**	**8.234**

23.1. Valor justo dos instrumentos financeiros: Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2024 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos, contas a pagar, e concessão de serviço público.

		31/12/2024		
Instrumentos financeiros	**Nível**	**Valor justo**	**Custo amortizado**	**Total geral**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	2	11.791	–	11.791
Contas a receber	2	1.958	–	1.958
Total do ativo		**13.749**	**–**	**13.749**
Passivos financeiros				**–**
Fornecedores	–	–	1.160	1.160
Empréstimos	2	–	45.169	45.169
Contas a pagar a partes relacionadas	–	–	282	282
Concessão de serviços públicos	3	–	171	171
Outras contas a pagar	3	–	846	846
Total do passivo		**–**	**47.628**	**47.628**

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos: Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: **• Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros: Nível 1: Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços; Nível 2: Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); e Nível 3: Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis). **• Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo; **• Contas a receber:** as contas a receber são avaliadas pelo valor de realização e, quando aplicável, são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa; **• Fornecedores e partes relacionadas:** apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado; **• Empréstimos:** os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo; e **• Concessão de serviço público e contas a pagar:** os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas. **24. Cobertura de seguros –** A Companhia mantém apólices de seguro, segundo a cobertura contratada, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Os riscos cobertos compreendem: Seguro de Transporte Nacional, Seguro de Transporte Exportação, Seguro de Transporte de Importação, Seguro de Responsabilidade Civil, Seguro Propriedade, Seguro D&O. As premissas adotadas, dada a sua natureza, são avaliadas pela Administração da Companhia que entendem ser suficientes e adequadas para cobertura de riscos patrimoniais, operacionais e financeiros. Não está incluído no escopo dos trabalhos dos auditores independentes a avaliação quanto à suficiência das coberturas de seguros contratadas, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia.

Risco Coberto	Seguradora	Limite Cobertura	Vigência
Responsabilidade Civil	Fator	5.000	De: 31/10/24 até: 31/10/25
Garantia	Swiss	4.804	De: 01/08/24 até: 01/08/25
Riscos Nomeados	Chubb	15.000	De: 01/10/24 até: 01/10/25
Seguro prestamista	Mafre	5.321	De: 20/12/24 até: 21/12/26
D&O	AIG	10.000	De: 13/11/24 até: 13/11/25

25. Eventos subsequentes – Cessão de ações: Em 12 de fevereiro de 2025, conforme ata de assembleia geral extraordinária, foi deliberado o reconhecimento da Companhia como subsidiária integral da Livepark Entretenimento e Participações Ltda, que passará a deter 100% do capital e quotas da Companhia.

Rodrigo Bertho Mathias
Diretor Executivo

Paulo Emilio V. de A Bernardes
Diretor de Operações

Everaldo Pereira
CRC 1SP 178.103/O-6

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **Reserva Novos Parques Urbanos S.A.** São Paulo-SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Reserva Novos Parques Urbanos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 01/05/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Reserva Novos Parques Urbanos S.A.

demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2025.

Grant Thornton

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP 034.766/O-0
Clayton da Silva Codo
Contador CRC 1SP 234.906/O-1

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: *comercial@datamercantil.com.br*

DATA MERCANTIL São Paulo